

*Retórica
Positivismo*



1290003781

TCC/UNICAMP
R354r
1290003781/IE

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

A RETÓRICA SE DEBATE – UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Camila Santos Matos de Freitas Ribeiro

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da UNICAMP como requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas, sob a orientação do
Prof. Dr. Rogério Pereira de Andrade.

Andrade, Rogério Pereira de

Campinas, 2008

TCC/UNICAMP
R354r
1290003781/IE

200900611

I am the poet of the Body and I am the poet of the Soul,
The pleasures of heaven are with me and the pains of hell are with me,
The first I graft and increase upon myself, the latter I translate
into new tongue.

I am the poet of the woman the same as the man,
And I say it is as great to be a woman as to be a man,
And I say there is nothing greater than the mother of men.

I chant the chant of dilation or pride,
We have had ducking and deprecating about enough,
I show that size is only development.

Have you outstript the rest? are you the President?
It is a trifle, they will more than arrive there every one, and
still pass on.

I am he that walks with the tender and growing night,
I call to the earth and sea half-held by the night.

Press close bare-bosom'd night – press close magnetic nourishing night!
Night of south winds – night of the large few stars!
Still nodding night – mad naked summer night.

Smile O voluptuous cool-breath'd earth!
Earth of the slumbering and liquid trees!
Earth of departed sunset – earth of the mountains misty-topt!
Earth of the vitreous pour of the full moon just tinged with blue!
Earth of shine and dark mottling the tide of the river!
Earth of the limpid gray of clouds brighter and clearer for my sake!
Far-swooping elbow'd earth – rich apple-blossom'd earth!
Smile, for your lover comes.

Prodigal, you have given me love – therefore I to you give love!
O unspeakable passionate love.

(Walt Whitman, *Song of myself*)

Agradecimentos

A todos os mestres que me abriram as portas do conhecimento e que me deram apoio para crescer e aprender: obrigada pelas oportunidades de aprender ao lado de vocês, pela paciência, pela disposição para discutir e pelo cuidado com que me acompanharam durante todo este tempo. Ao professor Rogério Pereira de Andrade, pela orientação, pela convivência, pelo auxílio, por tudo o que foi indispensável para que eu conseguisse chegar ao fim desta empreitada.

Aos meus amigos, grandes, muitos, que toleraram as minhas crises, meus surtos e minhas loucuras (que não foram poucas em quatro anos): vocês moram no meu coração pra sempre. À minha mãe, pelo apoio, pelo carinho, pela ajuda e por nunca ter me deixado desabar em quatro anos (muitos mais, na verdade). Ao Fábio, por tantas e inumeráveis coisas. Pelo amor, pelo companheirismo, pelo cuidado, pelo carinho... pela infinita paciência.

A todos vocês, o meu imenso agradecimento. Sem a existência de vocês, nada disto teria sido possível.

Resumo

A importância da discussão metodológica em Economia reside no fato de que, como aponta LAWSON [1994], ela é crucial para compreender o fracasso da Economia convencional contemporânea nos últimos cinquenta anos. Na Ciência Econômica, o debate metodológico foi marcado, a partir da segunda metade dos anos 1980, pelo questionamento da matriz positivista-popperiana que dominava a tessitura do discurso econômico. Tal questionamento abriu espaço para o surgimento de vertentes como o projeto retórico e o realismo crítico, que procuravam distintamente superar as limitações do positivismo metodológico: a retórica advoga o foco no discurso e na persuasão, enquanto o realismo crítico aposta na compreensão dos níveis de realidade e no papel político-transformador da ciência na sociedade. O objetivo deste trabalho é analisar o debate sobre a retórica no Brasil, suas implicações e seus desenvolvimentos no contexto acadêmico brasileiro. Para tanto, faz-se uma comparação deste com um segmento escolhido do debate internacional e uma interpretação da retórica a partir da perspectiva oferecida pelo realismo crítico.

Palavras-chave

Retórica, realismo crítico, metodologia, ciência, positivismo

ÍNDICE

1 – Introdução	6
2 – Visões da retórica: as propostas de McCloskey e Arida.....	9
2.1) A retórica para Deirdre McCloskey	9
2.2) A retórica para Pêrsio Arida.....	15
3 – O debate brasileiro sobre a retórica: origens, desenvolvimentos e estado da arte	23
3.1) Nasce um debate.....	23
3.2) O primeiro ciclo – Retórica na Economia.....	25
3.3) O segundo ciclo – A história do pensamento econômico como teoria e retórica	32
3.4) O terceiro ciclo – As intervenções recentes	37
4 – O debate internacional sobre a retórica: trajetórias.....	45
4.1) Mäki e a necessidade do realismo	45
4.2) Rappaport e a importância da epistemologia	49
4.3) Rosenberg: previsão e realidade.....	50
4.4) McCloskey e o contra-ataque da retórica	53
4.5) Tréplicas a McCloskey	54
5 – Uma alternativa metodológica – a visão do realismo crítico.....	56
5.1) A proposta do realismo crítico: Roy Bhaskar e Tony Lawson	56
5.1.1) Bhaskar e os níveis de realidade	56
5.1.2) Tony Lawson e o fracasso da Ciência Econômica.....	60
5.2) O realismo crítico como possibilidade de superação das limitações do projeto retórico	63
6 – Comentários finais e conclusões	66
6.1) Uma avaliação da perspectiva retórica: as idéias de McCloskey e Arida.....	66
6.2) Uma interpretação do debate brasileiro vis-à-vis o debate internacional.....	69
6.3) Comentários adicionais e conclusões.....	72
7 – Bibliografia	76

1 – Introdução

A importância da discussão metodológica em Economia reside no fato de que, como aponta LAWSON [1994], ela é crucial para compreender o fracasso da Economia convencional contemporânea nos últimos cinquenta anos: a equivocada inferência de que um instrumento de análise particularmente útil para algumas situações ou contextos possa ser estendido para quaisquer aplicações ou campos da ciência com que pareçam correlatos tem resultado em ineficiência, do ponto de vista elucidativo, da explicação que se pretende construir – e, mais do que isso, em inadequação das formulações resultantes para trazer alguma luz aos problemas estudados de maneira coerente com a sua natureza. Portanto, conhecer profundamente a rationale e as premissas que governam o estudo numa determinada ciência é muito relevante para estabelecer se ela é potencialmente capaz de explicar os fenômenos que constituem o seu objeto de investigação ou não.

Na Ciência Econômica, o debate metodológico foi marcado, a partir da segunda metade dos anos 1980, pelo questionamento da maneira até então consagrada de se fazer ciência: ela se baseava sobretudo no falsificacionismo e naquilo que McCLOSKEY [1983] denomina genericamente de ‘modernismo’, pretendendo, com tal rotulação, apontar um conjunto de métodos de matriz positivista-popperiana que dominava a tessitura do discurso econômico. Tais métodos eram entendidos como extremamente limitantes para o cientista, pois colocavam regras rígidas demais para uma ciência que não as comporta em decorrência da natureza social (e, portanto, extremamente complexa, multifacetada e de caráter ontologicamente inapreensível pela matematização desenfreada) do seu próprio objeto de análise (crítica que, ademais, não se restringe apenas às ciências sociais, mas que se espalhou por um largo espectro de ciências). Segundo ARIDA [1983, 1996, 2003], o colapso dessa epistemologia falsificacionista teria deixado uma lacuna em termos de método científico, e esta deveria ser preenchida lançando-se mão da retórica como instrumento de compreensão da construção do discurso econômico, já que, segundo o autor, a História não seleciona e registra as formulações provadas consistentes com a realidade por meio do confronto com esta, mas sim aquelas que se mostram capazes de convencer uma audiência. O esgotamento do falsificacionismo (que, para os retóricos, nunca refletiu a prática efetiva da Ciência Econômica) deveria, portanto, ceder lugar à constatação de que a verdade é,

mais do que relativa, dependente daquilo que é defensável e argumentável, e não do que é possível apontar a partir do confronto com a realidade.

Esta perspectiva, denominada por PAULANI [1996] de “projeto retórico”, foi inicialmente proposta por D. McCloskey em um ensaio seminal na edição de junho de 1983 do *Journal of Economic Literature* (McCLOSKEY [1983]). McCloskey aponta que a abertura de espaço para a retórica é, na verdade, uma abertura da ciência para o pluralismo teórico e para a emergência dos métodos efetivamente utilizados pelos economistas ao fazer Economia (em oposição àqueles que eles apontam ou advogam serem os métodos que norteiam a ciência que fazem). Assim, a constatação da retórica como sendo a perspectiva metodológica mais adequada é apenas a colocação do jogo de cartas na mesa, ou seja, a união entre as perspectivas que os economistas efetivamente adotam e aquelas que eles dizem que empregam: é, portanto, a explicitação de práticas realmente levadas a cabo na surdina pelos economistas. A retórica é vista por McCloskey como um instrumento essencial para se fazer ciência porque o discurso econômico é eminentemente persuasivo, e a desmistificação desses métodos de persuasão (e, conseqüentemente, dos caminhos pelos quais a Economia obtém seus resultados) é capaz de dizer muito acerca do modo de se fazer Ciência Econômica. A relevância da retórica decorre do fato de que a Ciência Econômica lida com fenômenos considerados “metafísicos”, de natureza subjetiva, histórica ou não-racional, cuja importância para se explicar a realidade é crucial, e que não são apreensíveis pelo tal “modernismo”, que limita excessivamente o pensamento.

Os principais trunfos da retórica são o questionamento da possibilidade de objetividade em Economia, da capacidade de compreensão dos fenômenos relevantes pela formulação matematizada e da existência de uma verdade inequívoca e absoluta pairando no espaço e apenas aguardando ser devassada pelos instrumentais científicos – esses são, ao menos, os legados relevantes que a intervenção proposta pela retórica deixou para aqueles que pensam o método na ciência. No entanto, o “projeto retórico” encontrou acolhimento bastante considerável, particularmente entre intelectuais brasileiros, que saudaram essa proposta como algo capaz de abrir fronteiras para o pensamento econômico, libertando-o da camisa-de-força à qual ele se encontrava restrito. Outros autores, porém, manifestaram-se frontalmente contra a adoção desta perspectiva.

Essa polêmica originou o que se pode denominar de “debate sobre a retórica” no Brasil, e os principais registros que o materializaram estão nos volumes denominados

Retórica na Economia e A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica, ambos organizados por José Marcio Rego e publicados, respectivamente, nos anos de 1996 e de 2003. Outras intervenções mais esparsas e também relevantes podem ser encontradas na Revista de Economia Política, nos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e em outras publicações.

O debate acerca da retórica se mostra mais do que apenas uma discussão metodológica acadêmica e de interesse restrito aos envolvidos com as argumentações em tela: sua importância deriva do fato de que ele revela concepções importantes acerca da construção do discurso econômico de alguns autores do meio acadêmico brasileiro. O conhecimento do embasamento dessas discussões revela, ademais, concepções de uma parcela dos intelectuais brasileiros acerca do que é Economia e, conseqüentemente, de qual o seu papel na sociedade e na vida cotidiana: o debate traz como legado, portanto, quem são os economistas de relevo no Brasil, o que eles pensam a respeito do ‘fazer Economia’ em Terra Brasilis e, mais sutilmente, qual é o status intelectual de um país periférico (e, menos citado, intelectualmente dependente) na intervenção em uma contenda teórica no contexto internacional.

Este estudo está organizado em quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo objetiva expor as visões da retórica propostas por D. McCloskey e P. Arida; o segundo pretende expor e discutir o debate brasileiro sobre a retórica; o terceiro pretende introduzir o debate internacional sobre a retórica, a partir de textos selecionados da *Economics and Philosophy*; o quarto expõe de maneira sucinta as considerações propostas pelo realismo crítico, e aponta possibilidades de superação da retórica a partir da visão realista; a conclusão, por sua vez, destaca os principais aspectos da discussão enunciada ao longo do estudo e aponta algumas considerações relevantes para o tratamento do problema.

2 – Visões da retórica: as propostas de McCloskey e Arida

2.1) A retórica para Deirdre McCloskey

A consideração da retórica como campo de investigação para a metodologia em Ciência Econômica foi proposta por Deirdre McCloskey em 1983, quando da publicação do artigo “The Rhetoric of Economics”, no *Journal of Economic Literature* de junho do mesmo ano; suas considerações, revistas e ampliadas, podem ser encontradas no volume também publicado no mesmo ano, denominado *The rhetoric of Economics*. A autora, no artigo referido, advoga a necessidade de superação do que chama de “modernismo” (também denominado ‘entusiasmos positivistas’ e caracterizado sobretudo pela noção de que “*we know only what we cannot doubt and cannot really know what we can merely assent to*” – McCLOSKEY [1983], p. 484) em metodologia econômica. Este, por ser extremamente cerceador e normativo em suas delimitações, tende a tolher manifestações teóricas que não sejam estritamente permeadas pelas características julgadas adequadas à exposição do discurso econômico, tais como a presença de formulações matemáticas que sustentem o ponto defendido. Estas, sobrevalorizadas, chegam a constituir um critério objetivo para distinguir o que é ciência do que não é, pois conferem à defesa do argumento uma pretensa neutralidade que o coloca acima de qualquer objeção, unificam o entendimento e a comunicação dos envolvidos no debate (reduzindo, portanto, a ocorrência de mal-entendidos) e legitimam o domínio de aplicabilidade da teoria que está sendo construída. O grau de formalização é tomado como critério demarcador de científico e não-científico, e os modelos se transformaram na pretensão máxima da cientificidade: a crescente matematização distanciou o conhecimento econômico do acesso pelo leigo, tornando os economistas fanáticos pela quantificação entusiástica e intolerantes em relação a outras formas de expressão.

Ainda segundo McCloskey, a inadequação da maneira “modernista” de encarar o discurso econômico decorre, ademais, de uma contradição fundamental existente no cerne da construção dele, relativa ao paradoxo entre a atitude explícita e a implícita com relação ao discurso. A atitude explícita está relacionada ao que a autora pejorativamente denomina “modernismo”, ou seja, ao “credo científico”, que amalgama, entre outras coisas, o positivismo lógico e o modelo hipotético-dedutivo, e cuja idéia central está

baseada na valorização da verdade como sendo o conhecimento oriundo da apreensão da realidade espelhada nos métodos de parte da Física do século XIX e na entronização do que é axiomático, matemático e mensurável (não estando, portanto, interessada na história nem nas tradições intelectuais e culturais). Por meio da percepção de que a verdade é dada pelo caráter indubitável das proposições, e de o conhecimento não advém daquilo com que apenas se concorda, o “modernismo” é caracterizado por preceitos como a predição e o controle como objetivos principais da ciência, as implicações observáveis de uma teoria como elementos fundamentais para embasar seu grau de verdade, a possibilidade de falseamento de uma proposição apenas por meio de um experimento empírico, a primazia da quantificação como forma de apresentação e justificação satisfatórias e o veto à fundamentação com base em aspectos como a introspecção, a crença metafísica e a estética (que podem até aparecer no surgimento de uma hipótese, mas não na argumentação que a torna razoável) (McCLOSKEY [1983], p. 484). Segundo a autora, o “modernismo” desceu aos economistas quase sob a forma de um credo, de uma fé religiosa inabalável, de um mantra encantatório que governa as práticas em Ciência Econômica não por sua eficiência no âmbito da explicação, mas sim porque tem um caráter de “revelação”, de inquestionabilidade, de neutralidade e de absolutização da certeza, que o tornam uma premissa altamente desejável para embasar uma formulação teórica que de fato seja comprometida com o conceito abstrato e não histórico de ciência que a Economia tem procurado seguir, especialmente em sua vertente neoclássica. A Economia, portanto, ficou infestada pela busca de uma verdade inequívoca e irrefutável, o que aleijou o conhecimento de muitos economistas.

Uma razão relevante segundo a qual o “modernismo” deve ser deixado de lado é o seu grau de obsolescência e desuso. Para McCloskey, ele já foi superado: embora postule a clareza, acaba por se mostrar profundamente obscuro, já que, por não contemplar possibilidades outras que não as exatamente enquadradas dentro dos seus preceitos estreitos, abre brechas para que elementos irracionais sejam inseridos nas formulações científicas, como, por exemplo, premissas inconsistentes com a realidade, que são introduzidas apenas para viabilizar a justificação lógica da argumentação, e cuja origem pode ser declarada ‘metafísica’ (que acaba por penetrar o positivismo mesmo quando este a banuiu de seu território). Diversos outros preceitos do “modernismo” são passíveis de ataque: o falsificacionismo, por exemplo, foi abandonado há tempos pela ciência, embora continue sendo largamente adotado em Economia (mesmo que as impossibilidades reais de isolar uma hipótese e testá-la empiricamente ou de explicar

um fenômeno utilizando e testando um número reduzido de hipóteses estejam fortemente colocadas, o que leva os fracassos da avaliação a serem classificados como problemas do teste em si e não como de caráter metodológico). O caráter preditivo da teoria, por outro lado, é impossível em Ciência Econômica, e desnecessário para construir formulações importantes: a natureza incognoscível do futuro coloca a necessidade de se encarar a modelagem como um instrumento de orientação e referência de viés condicional, e não como uma cartilha a ser religiosamente seguida no momento do salto mortal para a realidade; se a previsibilidade fosse tão importante, tão confiável e tão seriamente considerada, de onde advém sua questionabilidade? Por que nem todos a seguem, nem crêem nela, se é tão indubitável?

Outro motivo importante para a superação do “modernismo” é o fato de que ele é intrinsecamente impossível, e, por esta razão, não é efetivamente seguido. Se a Ciência Econômica tivesse sido construída rigorosamente de acordo com os preceitos modernistas, os economistas teriam pouco a dizer: se o “modernismo” promete um conhecimento livre de dúvida e de idiosincrasias em geral, como explicar a origem de formulações baseadas precisamente na dúvida e na incerteza? A grande questão acerca do “modernismo” é que ele não é capaz de cumprir o que promete, pois todo conhecimento científico é também um conhecimento pessoal, é um produto que sofre consideráveis influências da condição do indivíduo; diferenciá-los, ao invés de melhorar o produto individual e transformá-lo em científico é um equívoco lamentável. Em consequência disso, os economistas não o seguem: a atitude implícita deles em relação ao discurso pende, segundo McCloskey, mais para a retórica. E é bom que assim o façam, pois a consideração séria dos preceitos modernistas provavelmente frearia o avanço teórico da Ciência Econômica, dado que eles se mostram tão flagrantemente inadequados para o manejo razoável das questões que ela necessita responder. Faz pouco sentido que os teóricos fiquem ‘forçando’ suas proposições para que elas caibam no ideário ‘modernista’ – práticas desleais, como a manipulação de resultados para adequá-los a uma perspectiva determinada, têm sido continuamente reportados: podem até resultar em ciência condizente com o “modernismo”, mas não em ciência confiável e que mereça ser considerada.

McCloskey aponta que, embora os economistas em geral advoguem o “modernismo” e aceitem produções que primem pela ‘objetividade’, que a metodologia positivista-popperiana crê assegurar por meio da valorização das evidências e da significância estatística, não é assim que, em geral, os discursos teóricos são

construídos. Eles são, na realidade, permeados por figuras de linguagem, como metáforas, analogias e recursos à autoridade, pois eles precisam, antes de tudo, soar *convincentes* para as audiências que os recebem. Há, portanto, um gigantesco abismo entre o que os economistas fazem e o que eles dizem que fazem: embora eles digam que pretendem alcançar um elevado grau de objetividade na construção teórica, de modo que esta tenha o maior poder explicativo possível acerca das questões propostas como objeto de estudo em razão de uma suposta constituição de neutralidade no que tange a idiosincrasias, ideologias e elementos políticos, utilizam-se de recursos de linguagem na tessitura de seus discursos que terminam por caracterizá-los sobretudo pela distância em relação a essa objetividade. Essa retórica não-oficial, apesar de ser extremamente benéfica para a construção do discurso na concepção da autora, não é muito examinada nem considerada para o estudo dele: é a existência dela, porém, que permite que a ciência continue avançando, pois, se o “modernismo” fosse seguido de perto, esse progresso seria freado, pois em grande parte não cabe nas proposições deste.

Os recursos de linguagem utilizados pelos economistas não são apenas enfeites do discurso proclamado, nem servem somente ao engrandecimento do ego do declamador: eles têm muito valor para a análise mais profunda do que está sendo dito, porque apontam de que modo o argumento consegue persuadir um interlocutor, sendo, portanto, necessário incorporar o seu estudo ao campo da Ciência Econômica. O objetivo de aplicar um “olhar literário” sobre a Economia não é fazer um autor parecer estúpido ou descobrir as falácias do seu argumento expondo-o ao ridículo, mas sim olhar também o que está inscrito nas entrelinhas do conteúdo, o que faculta a construção de um conhecimento mais amplo e sensato. A Ciência Econômica elabora um discurso altamente metafórico, e essas metáforas não são apenas ornamentos: a consideração delas para a reflexão acerca do discurso implica em considerar também o pensamento que estava envolvido na sua formulação, e removê-las significa remover parte desse pensamento, pois, como sublinha a autora, elas são “grávidas” de conteúdo adicional em relação ao que está em jogo. Uma metáfora é uma interação de significados que se traduzem em idéias atuando conjuntamente, de modo que o uso delas (e o seu conseqüente e necessário esforço de interpretação) enriquece substancialmente a tessitura do discurso. A linguagem figurativa empregada na Ciência Econômica permite desvendar novos horizontes de significado para uma teoria: ela abre espaços e constitui um instrumento do pensamento, não um substituto dele, pois faz uma seleção comparativamente poética de aspectos do objeto estudado que guia a análise posterior e

permeia a ação e o argumento do cientista, exprimindo algumas facetas do seu julgamento acerca do assunto em questão.

Privilegiar um olhar literário sobre a Economia, porém, não é abdicar do seu *status* de ciência: segundo a autora, a emissão do discurso fazendo uso da linguagem é um ato *social*, e não caracteriza apenas a prática da Economia, mas sim do conjunto das ciências. Portanto, pensar a Economia também em termos do estudo da perseguição dos objetivos por aqueles que fazem a ciência não é, para McCloskey, desmerecer a Economia como tal. A principal questão concernente à superação do “modernismo” é abrir a ciência para um leque maior de discursos, e a retórica pode abrir portas nesse sentido. Ademais, o objetivo da autora ao propor um novo paradigma metodológico capaz de superar os problemas do positivismo é oficializar práticas que já são usuais entre os economistas, que eles já adotam na surdina, e deixar de lado a primazia da significância estatística e da definição do subjetivo como “não-científico”, visto que apenas a honestidade, a clareza e a tolerância deveriam ser consideradas critérios relevantes para distinguir o que é aceitável ou não em ciência. Segundo McCloskey, o valor real dos argumentos pode ser alcançado sem que as regras impostas pelos “reis da filosofia” sejam seguidas, pois, se assim o fosse, a Ciência Econômica teria provavelmente seu progresso freado pela natureza restritiva da metodologia adotada.

A autora faz questão de ressaltar que o exame da retórica na Economia deve principiar por uma consideração adequada do conceito de “retórica”. Esta não deve ser vista como um mero jogo de palavras, utilizado com o intuito de ludibriar o interlocutor. Embora a interpretação por ela proposta privilegie também a forma, por ser capaz de elucidar diversas questões acerca do conteúdo do discurso e por propiciar elementos preciosos na construção de uma situação de convencimento, a questão fundamental para a retórica nos termos de McCloskey é o aprofundamento do conhecimento acerca dos mecanismos de persuasão de uma audiência. Portanto, pensar a retórica é pensar o que leva pessoas razoáveis e civilizadas a aceitarem um certo argumento ou outro, é pensar o que caracteriza as formulações incorporadas à ciência. Segundo McCloskey, a importância da persuasão mútua na construção do discurso econômico torna essa vereda mais profícua para a metodologia do que a obrigação de se tentar provar a verdade ou falsidade de alguma coisa segundo métodos abstratos e excessivamente rígidos. Ademais, a opção pelo debate já é a pragmaticamente adotada pelos economistas: a questão agora é como tirá-la do submundo do pensamento, ao qual ela está confinada

pelas diretrizes do positivismo metodológico, e trazê-la para a superfície do que é também advogado como parte das práticas oficiais em ciência.

Pensar em termos retóricos não é, portanto, privilegiar o irracionalismo: há mais na seara do método do que apenas o modo modernista de encarar o nascimento dos discursos científicos. A retórica apenas traz à tona o que os economistas já sabem acerca da riqueza e da complexidade do argumento econômico, mas não admitem abertamente nem se propõem a analisar. Assim, a retórica não abre a vereda do irracionalismo, mas sim do abandono do irracionalismo anteriormente vigente e representado pelo escopo artificialmente estreito dos argumentos empregados na ciência, pois lança luzes sobre o tipo de argumento que eles já usam. Para a autora, apenas aqueles que seguem mais de perto o autoritarismo modernista (polarizador entre as noções de científico e não-científico) condenam a perspectiva libertária oferecida pelo pensamento retórico, que, segundo ela, é capaz de reconhecer a Economia mais como um processo de autocompreensão social do que como ciência “premonitória”.

Segundo McCloskey, o maior obstáculo para a adequada compreensão do significado da perspectiva retórica em metodologia decorre do desgaste já imposto à própria palavra pelo seu uso cotidiano indiscriminado e contextualmente inapropriado. Advogar a consideração da retórica na análise das proposições teóricas parece o mesmo que defender o irracionalismo, a “falação”, o vazio verborrágico, o poder absoluto do convencimento sobre o conteúdo que está sendo proposto, a primazia da forma sobre a verdade. O conceito de retórica que precisa ser apreendido é o de Aristóteles, Cícero e Quintiliano: como uma conversa civilizada. É o que une as perspectivas metodológica, epistemológica e literária para enriquecer uma análise, e não para empobrecê-la ou esvaziá-la. O objetivo de incorporar a retórica não é cancelar a primazia da simples eloquência, deixando a razão de lado, mas sim agregar um elemento subjetivo e relevante que é abertamente escamoteado pela perspectiva metodológica positivista-popperiana vigente. É preciso lembrar, ademais, que não há nada intrínseco à retórica que a torne um instrumento lógico naturalmente ruim: ela quer, segundo McCloskey, destruir a predominância de estruturas artificiais na construção da ciência. O estudo da retórica pode permitir que os economistas tenham mais consideração pelos seus leitores, expondo suas mensagens numa linguagem de maior refinamento, ensinem melhor os assuntos aos estudantes (permitindo-lhes perceber a essência sutil da aplicabilidade dos argumentos, da sensibilidade em relação às analogias e da maturidade para selecionar formas de expressão, necessariamente ora verbais e ora matemáticas), tenham melhores

relações com os seus pares (respeitando civilizadamente suas manifestações, sejam elas provenientes das hostes modernistas ou não, sem rejeitá-las ou desmerecê-las se não o forem) e façam ciência de melhor qualidade (não se limitando apenas ao que é considerado objetivo e científico pelo “modernismo”, mas sim abrangendo tudo aquilo que é relevante para explicar o fenômeno em tela). A retórica é, para a autora, uma proposição “*machine building*”, e não “*machine breaking*”, que pretende, sobretudo, privilegiar um argumento eficiente.

A autora insere a sua intervenção nos quadros de uma descrença mais geral no positivismo e de uma reação razoavelmente ampla e manifesta em um largo espectro de ciências ao estreitamento excessivo da argumentação imposto por ele. Parece lamentável, porém, que este movimento não tenha ainda alcançado a Economia, e que apenas críticas pontuais e esparsas tenham sido lançadas. Estas críticas, por sua vez, acabam por redundar nos mesmos equívocos em que resvala o positivismo: propõem radicalidades em demasia (como a total rejeição da utilização de métodos econométricos para endossar uma formulação), e, como consequência, resultam em estreitamento ainda maior do argumento, que termina pontuado, por outro lado, por um certo grau de ingenuidade. O objetivo da autora, ao propor a “cura retórica”, é rejeitar qualquer tipo de filosofia que tente normatizar o conhecimento e o método artificial do “modernismo”, que mais dificulta a manifestação dos cientistas do que abre caminhos para novas proposições teóricas de relevância. A crítica retórica, ao relativizar a noção de verdade absoluta como algo inequívoco e absoluto pairando no espaço e apenas aguardando ser devassada pelos instrumentais científicos, propõe, na verdade, uma *antimetodologia*, que pretende apontar o que realmente se faz, o que consegue persuadir e como o faz, ao invés de reificar a pretensão de normatização que caracteriza o “modernismo”.

2.2) A retórica para Pérsio Arida

A intervenção de Pérsio Arida, por sua vez, foi empreendida também no ano de 1983, mesmo ano da publicação dos textos de McCloskey, mas foi elaborada de maneira independente. A primeira versão do texto veio a público como texto para discussão do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1983. A segunda versão, de 1991, constitui o ponto de partida para a

primeira coletânea de textos concernentes às discussões sobre a retórica, organizada por José Marcio Rego e denominada *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. Este texto sofreu consideráveis modificações em relação à primeira versão. A terceira e a quarta versões, por sua vez, pertencem, respectivamente, às coletâneas *Retórica na Economia*, de 1996, e *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, de 2003, sendo, a partir de então, as modificações a elas imprimidas de caráter marginal em relação à versão publicada em 1991. A importância deste texto reside no fato de que ele inaugurou um debate sobre a retórica no Brasil, encabeçado principalmente por Leda Paulani, Ramón Fernández, José Márcio Rego e Paulo Gala, que produziram intervenções sobre o assunto da metodologia em Economia ao longo de mais de quinze anos.

A proposta de Pérsio Arida, embora também advogue a retórica como a melhor maneira de compreender a construção do discurso científico, tem matizes substancialmente distintas daquelas que caracterizam a intervenção de McCloskey. Ambos valorizam a primazia da argumentação e da interpretação no debate econômico, mas Arida coloca de maneira mais contundente as conseqüências pragmáticas de sua proposta; ambos propõem, de maneira definitiva, um deslocamento teórico em direção à retórica e à hermenêutica, mas com intuítos diversos.

Segundo Arida, o estudo da Ciência Econômica vem sendo realizado de acordo com dois paradigmas distintos. O primeiro, denominado *hard science*, ignora substancialmente a história do pensamento, pois crê que a maior relevância para se construir ciência num determinado momento está nos textos que constituem o estado da arte da temática naquele instante: se há algo de valor nos textos clássicos sobre o assunto, ele já foi definitivamente incorporado às intervenções mais recentes, o que, por sua vez, pressupõe um determinado modelo de compreensão de superação das contendas intelectuais, temática que será retomada em detalhe em parágrafos posteriores. Subjacente à *hard science* está a noção de fronteira do conhecimento, oriunda das ciências exatas, que crê ser a história do pensamento nada mais do que uma história das idéias, uma disciplina acessória ao estudo da teoria que poderia ser inteiramente dissociada dela sem grandes prejuízos para o conhecimento. Isto ocorre porque se acredita que o que é relevante no conhecimento permanece e é levado adiante pela dinâmica positiva da ciência, que não permite que as contribuições que efetivamente esclarecem pontos de conflito sejam perdidas ao longo do tempo. O estado atual da ciência, portanto, guarda tudo o que há de relevante na produção do

conhecimento, e a história do pensamento não guarda relação com o estrito progresso da teoria, sendo, nas palavras de Pérsio Arida, nada mais do que uma história de erros e antecipações, caracterizada pelo formato específico de parear “a história dos precursores” com “a história dos desvios daqueles que acreditaram em doutrinas discrepantes das atuais”, que termina por ser um mecanismo de iluminação do passado pelo presente:

Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado afasta-se substantivamente daquela que integra o estado atual da teoria; antecipações quando a doutrina afirmada no passado prefigura o estado atual da teoria. E se muda o estado atual da teoria, muda a percepção do passado no jogo de iluminação retrospectiva de erros e antecipações; reescreve-se então a história do pensamento econômico, como inúmeras vezes se observou, a cada geração. (ARIDA [1996])

A própria natureza do modelo, balizado pela noção de fronteira do conhecimento, caracteriza-o pela elevada taxa de obsolescência intelectual: os livros-texto, que passam a ser o guia do estudante para alcançar essa fronteira, ficam rapidamente ultrapassados, pois a espessura temporal dela é muito estreita, o que constantemente recoloca ao economista a necessidade de atualização – visto que o conhecimento de que dispõe se torna superado em pouco tempo. “O economista que está permanentemente atualizado não adquire sabedoria, mas sim a memória dos erros e um senso *ex-post* desenvolvido dos caminhos de evolução da fronteira do conhecimento” (ARIDA [1996], p. 16): *memento mori*, lembra Pérsio Arida. A mutabilidade constante do conhecimento faz com que os cientistas tenham que permanentemente perseguir essa fronteira móvel para sentir que realmente estão contribuindo para o progresso da ciência e não perdendo tempo com histórias da carochinha e idéias já superadas. Se são superadas, qual o seu valor? De que vale para o sujeito ser “proprietário de um saber inútil”? Este paradigma, que se traduz numa *seleção* de conhecimento pelo tempo, é o que vigora nas universidades norte-americanas mais prestigiadas.

O segundo paradigma, porém, desconhece esta noção de fronteira. Para a *soft science*, o importante para o estudo da ciência (e, conseqüentemente, para a contribuição rumo ao seu crescimento) é o domínio dos clássicos, dado o seu vigor intraduzível por interpretações anacrônicas e que se permitam secundarizar aspectos considerados relevantes de maneira irremediável. Este movimento é necessário mesmo que, para executá-lo, o estudante seja prejudicado em seu conhecimento acerca dos

desdobramentos recentes da teoria. Segundo este paradigma, o conhecimento está disperso historicamente, e “o estudante deve dedicar-se aos clássicos do passado porque precisaria retilhar por conta própria as matrizes fundamentais da teoria” (ARIDA [1996], p. 14). Cada estudo é, portanto, um retorno ao ponto de partida, e a formação do estudante requer que ele se converta num pesquisador disposto a refazer as conexões fundamentais que conduziram o pensamento ao seu estado atual. Neste paradigma, a história do pensamento se confunde com a teoria, e o estudo da última é sempre balizado pelas considerações propostas pela primeira. É de proposição fundamental deste modelo que a superação das controvérsias científicas não ocorra de maneira positiva, visto que as matrizes básicas da teoria econômica são de reconciliação problemática, e, portanto, não caracterizadas pela oposição frontal, mas pelo deslocamento mútuo. As visões propostas por cada uma delas são demasiado abrangentes e não sintetizáveis por não constituírem, basicamente, *visões do mesmo mundo*, visto que selecionam individualmente características distintas do objeto de análise para traçar a interpretação. Deste modo, não há escolha que não a familiarização com todas as vertentes.

A história do pensamento, no modelo *soft science*, assume enorme importância para o progresso da ciência: mais do que apenas história das idéias, a disciplina se torna crucial para compreender de que modo os clássicos “coabitam o presente, constituindo-se fonte permanente de reflexão e problematização da realidade atual” (ARIDA [1996], p. 18). Na *soft science*, a teoria não pode ser distinguida da história, pois está espalhada ao longo de sua trajetória. Este paradigma se traduz, portanto, num processo de *acumulação* de conhecimento, e vigora na maioria das universidades européias.

Arida traça este percurso para, através da crítica de ambos os paradigmas, consolidar a necessidade da retórica para se compreender a posição epistemológica da história do pensamento. Segundo o autor, a *hard science* é altamente criticável, porque se baseia em pressupostos equivocados acerca do movimento da ciência: para aceitar a *hard science*, é preciso aceitar também que “a fronteira do conhecimento resume a verdade posta pelo passado da disciplina”, e que “esta verdade, tal qual apresentada nas versões recentes da teoria, prescindiria completamente da referência à sua formulação original” (ARIDA [1996], p. 19). É preciso, portanto, que o vigor dos clássicos seja perfeitamente traduzível pela efetividade de sua contribuição, já que, se relevante, esta permanecerá nas hostes da ciência. Por outro lado, é necessário supor uma superação positiva das controvérsias em ciência: as controvérsias, quando terminam, resultam na

emergência de uma verdade, e esta, como saldo positivo da contenda, é incorporada à ciência como a decisão cabal dos contendores que foi a vencedora acerca de um determinado assunto. É possível que algumas divergências tenham sido resolvidas desta maneira: estas são, no entanto, escassas, pois o mesmo não acontece com a maior parte das contendas. Algumas são deixadas de lado por desinteresse ou cansaço, sem que nenhuma conclusão inequívoca possa emergir delas; outras são resolvidas parcialmente, enquanto uma fração sequer é associada com alguma verdade, ou acaba mudando de sentido quando solucionada. Por fim, a tese da superação positiva pode ser refutada pela constatação da permanência de doutrinas opostas durante longos períodos de tempo. Portanto, o aspecto mais vulnerável da *hard science* é a questão da superação positiva que embasa a fronteira do conhecimento: nem sempre dá pra aceitar que a dinâmica da ciência permite que as verdades acerca dos fatos sejam mantidas e transmitidas ao longo do tempo, e esta hipótese é francamente validada pela história do pensamento. Para Pêrsio Arida, “a clivagem entre passado e presente não se mantém porque não há garantia de que a verdade do passado foi assimilada inteiramente ao presente” (ARIDA [1996], p. 22).

Por outro lado, a *soft science* é igualmente criticável pelo mesmo aspecto: se a *hard science* crê na superação positiva, a *soft science* se apóia na superação negativa. Estudar com grande afinco a história do pensamento é, para o autor, necessário apenas se as controvérsias de modo algum forem capazes de levar adiante frações da verdade, já que o retorno aos clássicos adquire um caráter de resgate de uma verdade há muito esquecida no passado. Segundo o autor, a fusão que a *soft science* faz da teoria e da história é danosa, pois tende sempre a desconfiar dos desenvolvimentos recentes e a pregar uma constante e por vezes desnecessária reinvenção da teoria: como consequência, tem-se a impressão de que o estado atual da ciência é “a condensação de toda a falsidade gerada no passado”, de um consenso necessariamente equivocado, daí o imperativo de voltar aos clássicos e à trajetória de seleção do conhecimento. A história, para este paradigma, contém a resposta para as preocupações atuais, já que a ciência carrega consigo grande parte do discurso equivocado que sobrou do passado. No entanto, esta utilização heurística da história do pensamento é problemática enquanto história, pois autonomiza o texto em relação ao seu contexto de origem e substitui seu entorno originário pela situação presente, e a leitura do texto fica severamente prejudicada por esse desenraizamento.

Portanto, a consideração extrema de qualquer dos dois modelos não é válida, pois ambos prejudicam a construção adequada de uma formação científica ou de uma postura de ciência. Essa insuficiência decorre do fato de que a noção de superação de controvérsias em ambos os extremos é equivocada, além do fato de ambos pesarem mal a necessidade de uma história do pensamento. Uma formação correta deve privilegiar tanto a teoria quanto a história porque, é preciso notar, a permanência desta ou daquela idéia no cânone da ciência depende mais da capacidade *retórica* de seus defensores de tornar uma formulação pertinente e persuasiva a uma audiência do que de alguma adequação aos modelos assinalados de superação de controvérsias. As armas retóricas que as proposições carregam é que permitem a subjugação das idéias adversárias e a redução delas para os termos da idéia vencedora, facultando a legitimação desta frente à comunidade acadêmica como projeto que vale a pena ser levado adiante. Assim, faz-se mister ressaltar que o que determina a solução das controvérsias é, de um lado, a superioridade dos procedimentos retóricos que os defensores da idéia vencedora adotaram, e, de outro, o que Arida chama de “o vigor comparativo” dos programas de pesquisa propostos por ela. O confronto com a realidade não constitui, via de regra, uma linha decisória de seleção dos conhecimentos para a ciência, e a “verdade” que emerge deste processo não necessariamente se estabelece de maneira a se coadunar com qualquer modelo anteriormente proposto de superação de controvérsias. O sucesso empírico de uma proposição teórica não é, para Arida, o que determina sua permanência no corpo da ciência: o que o faz é a capacidade retórica de seus expositores, noção que secundariza a importância da ciência como instrumento humano de investigação da realidade e de seus meandros.

Deste modo, a história do pensamento econômico não deve ser considerada nem uma teoria autônoma nem simplesmente uma história das idéias, mas sua contribuição deve ser pensada como oferecedora de reflexão sobre o *status* epistemológico da economia, visto que ela constitui “um caso aplicado de retórica na ciência”. O crescimento da importância da retórica, por sua vez, decorre do vazio deixado pelo colapso da epistemologia falsificacionista (outra denominação para o que McCloskey chama de “modernismo”), que ela pretende preencher propondo um novo método científico e um novo instrumento de compreensão da formulação do discurso econômico; isto resulta do fato de nenhuma controvérsia importante na teoria econômica ter sido, segundo Arida, resolvida através de algum confronto com a realidade ou da mensuração empírica. Se o falsificacionismo é o rótulo de cientificidade

mais aceito, então a Economia não seria uma ciência, pois seu movimento não segue de modo algum as proposições que ele postula. Assim sendo, urge abandonar o apego a tais idéias, pois elas nunca refletiram a prática da Ciência Econômica e a maior prova disso é a própria história do pensamento (que aponta que as controvérsias apenas se solucionam retoricamente, ou seja, pelo confronto dos poderes de convencimento das formulações, sendo a vencedora aquela que permite formar consenso em torno de si e apresentar suas idéias como as mais plausíveis).

Ao questionar, porém, a pertinência da utilização do operador ‘verdade’ no discurso econômico e na construção da própria ciência, e a possibilidade de existência de uma ciência sem a busca pela verdade, Arida aponta que a cientificidade é preservada quando os participantes da contenda são capazes de se ater firmemente às regras da retórica, cujo exercício, segundo ele, tem limites estreitos. A capacidade de convencimento, para ele, é que determinará o caráter de cientificidade: a persuasão será a regra decisória. O autor aponta que operador verdade será substituído por “uma abertura à verdade como disposição de renúncia a posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca”, sendo o conceito de evidência por ele utilizado considerado como muito mais abrangente do que apenas a evidência empírica e dado pela “evidência de verdade como sendo a conformidade do discurso às regras da boa retórica” aceitas consensualmente pelos envolvidos no debate. Pérsio Arida reconhece que estas regras estão sujeitas a uma certa historicidade, mas aponta o caráter limitado desta, conformado pela existência de um “núcleo comum de regras cuja rejeição seria consensual ou, equivalentemente, cuja rejeição excluiria o indivíduo do círculo dos praticantes da ciência” (ARIDA [1996], p. 37).

As regras que compõem este núcleo comum, e que, por conseqüência, delimitam o caráter de verdade e cientificidade do discurso são principalmente oito: 1) a simplicidade (“respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas”); 2) a coerência (perseguição de desdobramentos coerentes com um programa de pesquisa); 3) a abrangência (“o argumento que não for capaz de explicar toda a evidência empírica perde a plausibilidade”); 4) a generalidade (“o argumento que incluir seu rival como um caso particular adquire maior plausibilidade”); 5) a redução de metáforas (“todo argumento retórico é irremediavelmente metafórico: a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição”; porém, “o argumento que se apresente *vis-à-vis* o candidato alternativo como menos carregado de metáforas tem maior poder de

plausibilidade”); 6) a formalização (“o argumento que puder ser formalizado tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literalmente”); 7) a reinvenção da tradição (“recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta”); e 8) a ignorância de interesses práticos específicos (com o objetivo de depurar ao máximo o saber em relação a ideologias). Para o autor, ater-se a estas regras é o caminho para que um argumento legitime sua pretensão à verdade.

Arida, portanto, postula que os economistas empreendam uma reflexão profunda acerca dos procedimentos que já praticam, abandonando definitivamente a epistemologia falsificacionista e reconhecendo que os objetos de investigação da economia não se adequam a métodos tais como os oriundos das ciências naturais. Neste sentido, a história do pensamento econômico é funcional para apontar caminhos: atuando como um “*locus* aplicado de procedimentos retóricos”, explicita de que maneira as controvérsias se resolveram no passado e evidencia uma reflexão sobre o *status* epistemológico da economia, propondo uma nova maneira de se pensar a evolução da tessitura do discurso científico.

3 – O debate brasileiro sobre a retórica: origens, desenvolvimentos e estado da arte

3.1) Nasce um debate

A intervenção original de Pêrsio Arida [1983], colocada a público em 1983, constituiu ponto de partida para uma série de outras manifestações bastante polarizadas acerca da retórica e da metodologia em economia. Esta série de manifestações pode ser denominada de “o debate brasileiro sobre a retórica”, e constitui um processo de discussão com fases razoavelmente bem demarcadas. A maior parte das intervenções subsequentes à de Arida considera não apenas as posições apresentadas por este autor, mas principalmente as idéias de McCloskey, cuja formulação teve influência muito mais concreta no debate acadêmico acerca das questões concernentes à metodologia (até porque Arida não mais se manifestou sobre esta questão no debate que se seguiu; McCloskey, por sua vez, continuou discutindo e publicando sobre o assunto nas principais revistas especializadas estrangeiras, e o faz até hoje).

O primeiro ciclo do debate está exposto no livro *Retórica na Economia*, organizado por José Marcio Rego e publicado em 1996. Ele reúne manifestações de autores como Leda Maria Paulani, Ramón García Fernández, Bento Prado Jr. e Ana Maria Bianchi. O volume principia com o texto seminal de Pêrsio Arida, em sua segunda versão, datada de 1984 (sendo esta uma versão mais precisa do texto publicado como Texto para Discussão da PUC-RJ em 1983, que já inclui, por exemplo, as denominações *hard science* e *soft science*, ausentes da versão original), seguido por uma versão modificada e condensada dos dois primeiros capítulos de *The Rhetoric of Economics*, de 1985, de autoria de D. McCloskey. Após os textos seminais sobre o assunto, seguem-se as intervenções de Leda Paulani (“Idéias sem lugar: sobre a retórica da Economia de McCloskey”, publicado originalmente em 1992 nos Anais do 19º Encontro da ANPEC), José Marcio Rego (“Retórica na Economia – idéias no lugar”, publicado originalmente em 1993 como Texto para Discussão do curso de Metodologia em Economia da FGV-SP) e Ramón García Fernández (“A retórica e a procura da verdade em Economia”, publicado originalmente nos cadernos do *II Encontro Nacional de Economia Clássica e Política* da Universidade Federal Fluminense, em 1996), Estas intervenções, por apresentarem considerações de naturezas bastante distintas e por

serem representativas da diversidade de opiniões que compõe o volume, foram escolhidas como as mais relevantes para este estudo.

Os textos que integram o segundo ciclo do debate estão reunidos no volume *A história do pensamento econômico como teoria e retórica – Ensaio sobre metodologia em Economia*, publicado em 2003. Este está dividido em dois segmentos: o primeiro ocupa-se do debate teórico sobre a retórica, e o segundo agrega algumas manifestações que procuram aplicar os preceitos do estudo retórico aos discursos de alguns pensadores da Ciência Econômica. Em razão da natureza deste estudo, apenas o primeiro segmento será considerado para os fins da discussão, e, dele, apenas os textos “McCloskey, Mäki e a verdade”, de Ramón García Fernández e “Modernidade e discurso econômico – ainda sobre McCloskey”, de Leda Maria Paulani (publicado originalmente na *Revista de Economia Política*, em 1999), serão incluídos na linha do tempo do debate, em virtude de serem as manifestações que mais agregam elementos novos ao debate já instaurado.

O terceiro e mais recente momento do debate brasileiro não está ainda disponível em nenhuma publicação única, mas em uma série de textos dispersos por publicações especializadas de Economia. Os principais veículos de divulgação foram a *Revista de Economia Política* (PAULANI, L. M. “Economia e retórica – o capítulo brasileiro”, 2006; GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. “Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em Economia”, 2008; PAULANI, L. M. “A aventura da crítica”, 2008), a revista *Estudos Econômicos* (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. “Pragmatismo e Economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico”, 2006) e os Anais do Encontro Nacional da ANPEC (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. “Tudo o que é sólido desmancha no ar – as desventuras filosóficas de uma crítica anti-retoricista em Economia”, 2006; PAULANI, L. M. “Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”, 2007). A lista obviamente não tem a pretensão de ser exaustiva, visto que outros autores como Ramón Fernández e Ana Maria Bianchi também prosseguiram discutindo a retórica em outros nichos específicos de debate; no entanto, os textos supracitados, que assinalam uma centralização do debate em torno de um grupo seleto de autores, constituem uma amostra bastante relevante e representativa da natureza e do rumo que a discussão tem tomado nas publicações de maior gabarito acadêmico, de modo que eles foram considerados suficientes para os fins deste estudo.

3.2) O primeiro ciclo – *Retórica na Economia*

A primeira rodada do debate sobre a retórica foi inaugurada por Leda Paulani, em seu texto “Idéias sem lugar: sobre a retórica da Economia de McCloskey”. Nesta manifestação, seu objetivo principal é traçar a origem filosófica das idéias apresentadas por McCloskey no artigo de 1983, para, assim, avaliar sua coerência dentro de um paradigma teórico-filosófico mais amplo. O texto inicia com uma reconstituição do conceito de modernidade (fundamentada na subjetividade como fonte de orientação normativa para embasar a ciência) e de seus desdobramentos a partir de Habermas, apontando, ademais, o caminho percorrido pelo pensamento filosófico até o desconstrutivismo de Derrida (que procura desmontar o sentido dos discursos característicos do racionalismo ocidental com o intuito de desqualificar o sujeito como o fornecedor inequívoco e absoluto de sentido, pois pretende superar a possibilidade de uma “contradição performativa”; ele aponta que a desconstrução precisa remover os *andaimas ontológicos* que a filosofia erigiu no decurso de sua história de uma razão centrada no sujeito). A linha comum que une todas essas colocações é

(...) uma necessidade inescapável de realizar uma crítica radical da razão: como a modernidade teria despromovido a religião e colocado a razão de lado, e como não teria conseguido forjar, a partir de si mesma, os critérios necessários para sua autocertificação e para a ordenação e o conagraçamento do moderno sistema de vida em suas várias esferas, caberia apenas desmascará-la como esperança espúria, como autoritarismo mascarado por promessas (não cumpridas) de liberdade e auto-realização. (PAULANI [1996], p. 101)

Assim, Paulani consegue delimitar dois tipos de pós-modernismo, aos quais ela pretende filiar a retórica de McCloskey em virtude de sua proposta subjetivista. Por um lado, ela assinala a existência de um pós-modernismo “conservador”, denominado por Habermas como uma “versão conservadora da leitura pós-moderna”, que rompe com as relações entre a modernidade e a sua autocompreensão e da primeira com o processo de modernização social, sendo, portanto, capaz de “dissociar o espírito da modernidade de suas origens históricas (iluministas)” e de “transformar a modernização social numa espécie de ‘teoria geral’ neutralizada espaço-temporalmente” (PAULANI [1996], p. 102). Esta visão reitera a despedida dos fundamentos da modernidade (as promessas de liberdade e de auto-realização do homem) e a sugestão de conformidade para com o processo cavalari de modernização social, baseada sobretudo na razão instrumental.

Por outro, ela identifica um pós-modernismo anarquista, apoiado na desconstrução proposta por Derrida: o processo intentado por ele aposta numa crítica radical da razão que “não sucumba a resquícios fundantes”, e que não caia na “contradição performativa”. Para tanto, ele procura desqualificar o sujeito como depositário e origem unívoca do sentido, de modo que a metafísica do sujeito, baseada nos discursos característicos do racionalismo ocidental, possa ser desconstruída, para que o pensamento seja capaz de transcender a filosofia do sujeito e desconstruir o sentido, excessivamente arrogante de verdade. A execução de tal plano passa pela suspeita de todo o sistema, pelo uso do fragmento como forma de exposição e pela busca do essencial “no marginal e secundário [...], da verdade na periferia e no impróprio.” (HABERMAS *apud* PAULANI [1996], p. 104). Portanto, o desconstrucionismo de Derrida objetiva superar a visão monolítica centrada no sujeito por meio da valorização do contexto e do questionamento da validade da expressão científica de verdade.

Ao traçar o percurso filosófico do qual Paulani crê que McCloskey seja tributária, ela procura inseri-la no contexto ontológico de superação da modernidade, cuja realização ela advoga que seja feita por meio da retórica como instrumento de libertação da epistemologia em relação aos entraves postulados pelas regras positivistas. Para tanto, Paulani inicia admitindo que McCloskey pode ser considerada uma típica pós-modernista conservadora; no entanto, ela descarta rapidamente tal possibilidade, visto que uma das críticas mais contundentes de McCloskey à metodologia modernista concerne à falsidade das clivagens formais que esta procura fazer, e que são método característico da visão conservadora.

McCloskey poderia ser, então, uma típica “operária da desconstrução” de Derrida, partidária da visão anarquista; porém, a defesa da retórica como um instrumento de fortalecimento da razão coloca-a numa posição imediatamente excludente em relação a esta perspectiva. Por outro lado, a autora poderia estar alinhada ao ideário anarquista de Feyerabend; no entanto, este nunca se empenhou em questionar a pretensão da validade dos enunciados científicos. Talvez ela poderia ser ainda uma crítica do positivismo nas ciências sociais, uma tradição que bebeu em Marx a oposição à objetivação supostamente neutra do discurso social; eventualmente, poderia ser classificada como uma defensora de um conceito mais alargado de razão, baseado sobretudo no “convite à conversação civilizada”. Contudo, a autora não pode ser adequadamente isolada em nenhuma das posições filosóficas citadas: ela deixa de lado a

busca da verdade como objetivo da ciência, procura valorizar mais a persuasão por meio da crítica da postura positivista nas ciências sociais e desconsidera a importância da falsidade ou da verdade de uma teoria como um todo, visto que o mote da existência dela é o fato de ser interessante, apelativa, persuasiva e razoável.

Portanto, Paulani aponta que as idéias de McCloskey não têm lugar, não derivam consistentemente de nenhum paradigma filosófico, mas constituem uma tentativa de transformar tudo em retórica. O objetivo de Paulani não é negar a importância da retórica e dos expedientes retóricos utilizados pelos economistas na construção do discurso econômico, mas sim evitar que tudo o que foi aprendido sobre os objetos da ciência seja perdido e que a teoria seja deixada de lado por conta de crenças de que não há nada mais para aprender. A retórica é relevante para desvendar interesses específicos camuflados por trás de enunciados aparentemente neutros: a busca da verdade, porém, não deve ser escamoteada, segundo a autora, para focar a importância do discurso somente na forma da linguagem. O objetivo da ciência deve continuar sendo a busca da verdade, seja para aceitá-la, seja para transformá-la ou para, posteriormente, desmistificá-la.

A crítica de Paulani às idéias de McCloskey tem, conseqüentemente, três níveis de discussão. O primeiro aponta a impossibilidade de se distinguir uma tradição filosófica consistente por trás dela; o segundo assinala que a retórica que ela valoriza deixa muitos aspectos relevantes da ciência de lado, sendo, portanto, danosa ao “jogar fora o bebê juntamente com a água do banho”; o terceiro, finalmente, admite a importância da retórica dentro de termos bem definidos, principalmente como instrumento de desideologização do discurso e de desmistificação das justificativas baseadas em estruturas de poder, que carece, entretanto, de cuidadosa qualificação por parte dos seus entusiastas. Segundo Paulani, o objetivo, sempre, deve ser “o de perseguir a verdade – no caso, as verdades socioeconômicas – seja para aceitá-las, seja para transformá-las, seja, ainda, para, mais tarde, perceber que não eram tão verdadeiras assim. Só assim, penso, estaremos munidos para cobrar da modernidade aquilo que ela ainda pode nos oferecer” (PAULANI [1996], p. 111). Para tanto, é preciso retomar a trilha da teoria crítica, e não a da dissolução da ciência na técnica retórica: o cerne da crítica de Paulani está assentado principalmente sobre o jogo de dissimulação e mutilação da verdade que a retórica empreende em nome de uma conversa civilizada e da desconstrução da ideologia metodológica modernista e sobre a ausência de lugar filosófico coerente para as idéias de McCloskey.

À esta manifestação crítica do ideário de McCloskey segue-se, no volume que condensa a primeira rodada do debate metodológico no Brasil, o texto de Ramón Fernández intitulado “A retórica e a procura da verdade em economia”, que sai em defesa da retórica. O objetivo dele é analisar a situação atual do projeto retórico em economia, considerando principalmente os debates suscitados pelas idéias expostas por McCloskey em 1983. O autor começa apontando que o monopólio da determinação dos padrões gerais de cientificidade estabelecidos pelo empirismo lógico no período de pós-guerra se quebrou após o questionamento de pensadores como Lakatos, Kuhn e Feyerabend, representantes mais notórios do *growth of knowledge*. Esse processo resultou na infiltração dessas idéias na economia, por conta do ceticismo crescente quanto às possibilidades de verificação inquestionável dos resultados teóricos através de testes empíricos. Como consequência, o foco da discussão metodológica em economia passou a se voltar para a linguagem utilizada pelos economistas para trocar e disseminar conhecimento: McCloskey, em seu artigo de 1983, ressalta a importância de se estudar as formas de persuasão do discurso econômico, em contraposição à metodologia por ele denominada modernista, que amalgama diversas formas tradicionais de epistemologia da ciência. McCloskey entende a retórica como a arte de desvendar os mecanismos de persuasão do discurso e de descobrir as razões que permeiam um argumento. Esse debate chegou ao Brasil difundido principalmente pelos textos de Pérsio Arida e Bento Prado Jr.

No entanto, as idéias de McCloskey foram amplamente discutidas no ambiente acadêmico, o que resultou em perspectivas tanto favoráveis quanto contrárias (Fernández, porém, cita as avaliações da retórica como “globalmente favoráveis”). Segundo o autor, a maioria dos debatedores procurou refutar essas concepções munidos de uma fúria desmedida: McCloskey apontou que esses autores não queriam ou não podiam entendê-lo, pois procuraram fazê-lo munidos de um *Verstehen* (do alemão “compreensão”) muito particular que lhes permitiria saber o que deve ser rejeitado sem que fosse necessário previamente conhecê-lo. Porém, Fernández aponta que, na realidade, a questão é que “todos esses autores manifestam, em maior ou menor grau, uma simpatia pelo *mainstream* em economia, e avaliam que a obra de McCloskey minimiza os avanços conquistados por esta ciência, assim como sua capacidade de fornecer resultados práticos e de fazer previsões” (FERNANDEZ [1996], p. 145;

contudo, é preciso ressaltar que McCloskey não é o único autor neoclássico que critica tanto a metodologia quanto a prática dos economistas desta escola, pois autores como Thomas Mayer, por exemplo, desqualificam o predomínio da ciência formalista).

Isso não significou que essas idéias tenham sido fervorosamente acolhidas entre os opositores do mainstream: estes sustentaram que tal abordagem teórica foi excessivamente moderada, e que havia uma contradição lógica insuperável na tentativa de compatibilização entre retórica e *mainstream* econômico (já que McCloskey disse que continuava se considerando um autor neoclássico). O crítico mais preciso de McCloskey foi Philip Mirowski, que apontou que a análise retórica somente é capaz de acrescentar quando é sincrônica e diacrônica ao mesmo tempo, que a argumentação econômica não pode ser compreendida adequadamente fora de seu conteúdo ou de seu contexto e que a análise retórica é intrinsecamente crítica, donde ela não pode constituir uma defesa satisfatória da economia neoclássica.

Fernández passa a argumentar na direção de que o “projeto retórico” em geral e a obra de McCloskey em particular são compatíveis como um todo com uma “tradição crítica” ou com co-visões não-neoclássicas da economia. Para tanto, ele inicialmente questiona a origem do debate sobre a retórica: suas formulações apontam para o surgimento dele a partir do colapso da metodologia falsificacionista (principalmente de origem popperiana, que era a metodologia oficial da ciência econômica), ou seja, da constatação na economia de uma insatisfação com a hegemonia positivista e do fortalecimento de uma visão que pretendia, através da argumentação, interpretar os códigos explorando sua ambigüidade. Paulani, por sua vez, questiona essa concepção apontando que o falsificacionismo nunca colapsou nem na ciência em geral nem na economia em particular, e freqüentemente nivela retórica e “enrolação” em sua argumentação; para o autor, essas posições não se sustentam porque o descontentamento dos autores com a metodologia oficial era patente e porque a retórica é concernente à interpretação, não à tergiversação ou à deturpação dos fatos.

A principal crítica colocada por Paulani (e também por Mäki, em artigos de 1988, como será discutido mais adiante) à retórica é a de que ela despreza a busca pela verdade, pois a teorização nela baseada não buscaria a verdade em si, mas sim a persuasão dos interlocutores. No entanto, segundo Fernández, não se pode interpretar tão conclusivamente que McCloskey despreza a verdade: aliás, o artigo de 1983 poderia, segundo o autor, ser chamado de ‘A concepção pragmática de verdade em economia’, o que indica que há alguma preocupação com alguma versão da verdade

(sendo esta uma resposta a questões humanas cotidianas, e não “A” Verdade, caixa alta, que aponta uma concepção final irrefutável). A seguinte citação resume bem o tom e o conteúdo das formulações de Fernández em relação à verdade:

No fundo, e menos elegantemente, a pergunta poderia ser: O.K., se podemos conhecer a Verdade, cadê o Verdadômetro? Por que vamos medir com o teu Verdadômetro e não com o meu? Não creio que os participantes nesta polêmica estejam em desacordo quanto ao fracasso das metodologias falsificacionistas ou falseacionistas. Também acho que parece evidente para qualquer um que não é bom que alguém seja o dono inquestionável da verdade. (FERNÁNDEZ [1996], p. 152).

Para Fernández, a questão principal da retórica (quando não entendida como escamoteação) é relativizar a existência de uma verdade irrefutável ou inquestionável, e não a busca de alguma verdade (mesmo que momentânea): é preciso entender a retórica não como elogio ao irracionalismo, mas sim como uma busca pela posição mais correta orientada pelo estudo do discurso e da linguagem. Para o autor, a principal contribuição da retórica é justamente a abertura de espaço para um pluralismo teórico, que deve ser valorizado pelo conjunto dos economistas, especialmente por aqueles cujas vozes são minoritárias no contexto do debate econômico. Sem a retórica, restaria somente o modernismo ou o irracionalismo, que resultam em uma discussão menos competitiva e fecunda: o confronto de idéias, a busca da persuasão e o movimento das convicções são os convites que a retórica faz aos debatedores, sem, no entanto, resvalar num relativismo vazio acerca das questões teóricas. O objetivo da retórica é, para Fernández, explorar o terreno intermediário entre o racionalismo e o relativismo, pois a compreensão dos fenômenos econômicos demanda um certo grau de pluralismo, para evitar a concepção enjauladora que pode condenar certos preceitos e idéias à morte antes mesmo de eles virem à baila no discurso. Retórica não é irracionalismo, e artifícios retóricos devem ser utilizados pelos críticos para compreender a natureza e o tom jocoso de algumas considerações colocadas por McCloskey.

Por fim, a outra manifestação selecionada para compor o núcleo do primeiro ciclo do debate se intitula “Retórica na Economia – idéias no lugar”, de autoria de José Marcio Rego. Este texto é uma clara resposta à intervenção de Leda Paulani, e objetiva,

assim como o texto dela, situar filosoficamente as idéias sobre a retórica na ciência econômica, que, segundo Rego, ressoaram largamente no meio acadêmico, e exerceram influência decisiva sobre diversos autores, motivando intervenções da parte deles para agregar elementos ao debate. Rego principia o texto retomando elementos da história da matemática para desembocar no paradoxo de Russell, segundo o qual até mesmo a noção aparentemente inequívoca de conjunto contém armadilhas inesperadas, que ele chama de ‘antinomias’. Assim, a lógica intuitiva,

(...) longe de ser mais segura do que a matemática clássica, era em verdade muito mais traiçoeira, pois podia conduzir a contradições de uma maneira que não acontece na aritmética ou na geometria. Essa foi a ‘crise dos fundamentos’, o problema central nas controvérsias famosas das três primeiras décadas deste século. (...) O programa de pesquisa de Frege e de Russell e de Whitehead era o de achar uma reformulação da teoria dos conjuntos que pudesse evitar os paradoxos, salvando desta forma o projeto de basear toda a matemática nos alicerces da lógica. (REGO [1996], pp. 133 e 134)

Esta encruzilhada estimulou diversos pesquisadores a debaterem o assunto e a se empenharem no esclarecimento de pontos obscuros da lógica. Os estudos de lógica de Chaim Perelman, por exemplo, levaram-no a publicar diversos trabalhos nesta área e a formular uma importante teoria da argumentação, que aponta, de modo geral, que o objetivo primordial do argumento é influenciar um auditório. Este, no entanto, não se constitui como tábula rasa, mas já traz consigo certos fatos aceitos, certas pressuposições, certos valores e certas técnicas argumentativas. O processo argumentativo, no entanto, funciona baseado em determinadas regras e esquemas, que podem ser denominados de ‘regras da retórica’.

Segundo Rego, a posição de McCloskey no panorama filosófico mais amplo que contorna o âmbito da metodologia tem perfeita coerência quando a autora é colocada em proximidade com Habermas e, conseqüentemente, com o neopragmatismo de Rorty, para com o qual o primeiro se mostra francamente simpático em obras como *Conhecimento e interesse* ou *Consciência moral e agir comunicativo*. Para Rego, Leda Paulani não tem sucesso em situar filosoficamente as idéias de McCloskey porque se apóia excessivamente no desconstrutivismo de Derrida e deixa de lado obras de Habermas que seriam consideradas relevantes para evidenciar o caminho do pragmatismo que McCloskey seguiu para chegar até a concepção da retórica: ela não foi capaz de trilhar com mais profundidade a vereda que conduziria a Rorty. Ademais,

Paulani peca, segundo Rego, ao “sub-repticiamente colocar McCloskey (e Rorty por tabela) como ‘inimigo da razão’” (REGO [1996], p. 138).

Para José Marcio Rego, portanto, a adequação filosófica da retórica tem origem na crise dos fundamentos da matemática, que conduziu a estudos mais aprofundados da lógica e, conseqüentemente, ao caminho da retórica. Assim, ele não enxerga grandes dificuldades para situar de maneira cabível as idéias de McCloskey; Rego aponta, de maneira bastante clara, a ligação entre a retórica e o pragmatismo de Rorty, passando por Habermas, segmento que, segundo ele, Leda Paulani escamoteou em excesso em nome do desconstrutivismo, por conta da adoção de “uma perspectiva (conceitual e bibliográfica) errada”, que a levou a “não conseguir encontrar o lugar para suas idéias[de McCloskey]” (REGO [1996], p. 140).

3.3) O segundo ciclo – *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*

Sete anos após a publicação do volume de ensaios que condensou parte do debate da retórica no Brasil, surgiu a coletânea *A história do pensamento econômico como teoria e retórica – ensaios sobre metodologia em Economia*. Esta edição inclui “Modernidade e discurso econômico – ainda sobre McCloskey”, de Leda Paulani, e “McCloskey, Mäki e a verdade”, de Ramón García Fernández, que foram selecionados para este estudo em razão de constituírem um desdobramento orgânico do debate que foi travado até então. Ambos os textos são réplicas a artigos já presentes no livro anterior, e acrescentam elementos relevantes para se pensar a dinâmica do debate sobre a retórica no Brasil.

O texto de Leda Paulani objetiva responder separadamente às críticas de José Marcio Rego, que apontou a sua falha ao não reconhecer a filiação de McCloskey ao neopragmatismo rortyano, derivado de um segmento da obra de Habermas que ela negligenciou, e às de Ramón García Fernández, que salientou a sua suposta incoerência por ser uma economista que advoga uma postura crítica em relação à teoria tradicional mas que não apóia a perspectiva retórica (que deveria constituir um alento de libertação contra as amarras trazidas pela ciência econômica convencional). Para cada uma destas críticas, a autora guarda uma resposta particular.

Paulani aponta que, embora ela tenha de fato escamoteado uma análise do pragmatismo em nome de um foco mais direto no desconstrutivismo de Derrida, a falha não comprometeu o seu diagnóstico de ausência de lugar filosófico das idéias de McCloskey, visto que Rorty, tão enfaticamente apontado por Rego como a solução do enigma da tradição filosófica precedente em relação a McCloskey, jamais teria proclamado que “ciência é literatura”. Assim, Rorty não pode ser tão facilmente conectado a McCloskey em termos do radicalismo de suas proposições, que, segundo a autora, de fato não encontram paralelo no panorama filosófico mais amplo. Para Paulani, o problema de McCloskey está no caráter de “arrasa-quarteirão” das propostas dela, que, em lugar de elucidar e desvendar o caráter ideológico da Ciência Econômica, abrem espaço para que quaisquer manifestações, independentemente da sua natureza de verdade (mesmo que transitória), possam ser classificadas como ciência. A crítica excessivamente radical da modernidade e da centralidade do sujeito, tal como formulada por McCloskey, não teria toda a originalidade a ela delegada por seus partidários, já que rascunhos dela podem ser encontrados retrospectivamente até em Marx.

Para provar seu ponto de vista de deslocamento filosófico dos postulados de McCloskey, a autora retoma sumariamente o projeto rortiano. A filosofia de Rorty aponta para

(...) a recusa da verdade objetiva como algo *a priori*, a verdade pragmática de todas as crenças. Recusar a pretensão sistematizante da filosofia e abandonar, por tabela, o discurso normal a ela acoplado seria, portanto, ‘abandonar as noções platônicas de Verdade, Realidade e Bondade como entidades que podem não estar espelhadas sequer tenuemente pelas atuais práticas e crenças e reverter ao ‘relativismo’ que supõe que nossas únicas noções úteis de ‘verdadeiro’, ‘real’ e ‘bem’ são extrapolações daquelas práticas e crenças’ (p. 370). Sendo assim, a ‘incomensurabilidade [das diversas ‘verdades’ e vocabulários] implica irredutibilidade mas não incompatibilidade’ (p. 380, grifo meu). Em suma, ao que tudo indica, trata-se do resultado simetricamente oposto ao da negação indeterminada, ou seja, algo como uma ‘afirmação indeterminada’, uma espécie de ‘conciliação universal’ (e redentora). Qualquer dialética mediana, no entanto, permite perceber com que facilidade uma posição ‘passa’ na outra: negar tudo ou afirmar tudo constituem atitudes pragmaticamente indistintas. O próprio Rorty, aliás, não esconde esse movimento. (PAULANI [1999], p. 154).

Assim sendo, faz pouca diferença, para os propósitos do artigo original de Paulani, considerar McCloskey como filiada a Derrida ou a Rorty: o primeiro adota uma atitude de negação total, enquanto o segundo aponta para a afirmação incondicional, o que coloca as duas posturas em patamares semelhantes em termos filosóficos e

ontológicos. Ademais, o distanciamento de McCloskey em relação a Habermas colocado por Paulani é reafirmado por ela como uma desconfiança razoável porque o projeto deste não implica em uma política arrasa-quarteirão, mas sim em uma crítica da razão objetiva, sem deixar de lado os ideais nascidos com a modernidade. Há, portanto, alguma convergência de atitude entre os projetos desconstrucionista e neopragmático, de onde advém a inexistência de falha na consideração de um ao invés do outro.

Outro ponto pertinentemente levantado por Paulani neste artigo é a pluralidade de conotações com que McCloskey utiliza o termo ‘retórica’ em seu artigo original. Segundo Paulani, não há como discordar de McCloskey quando esta utiliza a palavra no sentido de *Sprachethik*, ou seja, de conversação civilizada; no entanto, este não é o único significado da palavra do qual lança mão ao longo de sua exposição, visto que ela chega a considerar a retórica como sinônimo de ciência e, ao discorrer sobre o assunto, passa rapidamente de um significado a outro da palavra sem contar com as mediações adequadas para fazê-lo.

Por outro lado, Leda Paulani aponta também que é justamente essa postura “dúbia e escorregadia” de McCloskey em relação ao seu conceito do discurso econômico (sendo ela ora construtora dele, ora crítica do positivismo, ora partidária da *Sprachethik*) e à própria noção de retórica que faz com que Paulani não consiga se aliar às formulações de McCloskey. O *imbroglio* conceitual de McCloskey dificulta a separação do joio e do trigo. Ademais, a questão da verdade é um obstáculo suficientemente relevante para que Paulani, a despeito dos comentários de Fernández, não abrace a causa retórica:

Realmente, essa não deixa de ser uma posição incômoda: reduzir a verdade de uma teoria a seu poder de persuasão ou à coerência com um conjunto de crenças de um determinado público (no caso, um auditório especializado) significa concretamente, enfeite-se o quanto queira, abandonar a questão do conteúdo de verdade das teorias. Com isso, a prioridade número um de qualquer discurso científico passa a ser ‘convencer’ (por convencer, dever-se-ia acrescentar). Que a ciência precise disso, que essa arte seja-lhe necessária, que ela seja mesmo empurrada por isso, está aí sua própria história a demonstrá-lo. Isso não significa, porém, que devamos, por isso, compactuar com o dissolvimento da ciência na retórica, com sua redução à retórica. Em poucas palavras, para recomendar a *Sprachethik* (Habermas), ou para defender o pluralismo ou o anarquismo metodológico (Caldwell, Feyerabend), ou, ainda, para fazer uma crítica do positivismo e/ou do caráter ideológico de muitas das proposições econômicas (teoria crítica, Marx), não é preciso abandonar ao limbo a questão da ‘verdade’ (seja com minúscula, seja com maiúscula), não é preciso enfim identificá-la com a ‘quinta roda inoperante’, como faz McCloskey. (PAULANI [1999], p. 162).

Sendo a filiação de Fernández claramente ligada à retórica, ele não pode dizer, por sua vez, segundo Paulani, que as expressões utilizadas por McCloskey para discutir a retórica são mero exagero ou “artifícios retóricos”; deste modo, o autor passa a impressão de que os recursos retóricos são apenas floreios, e que não devem ser levados a sério. Para Paulani, a crítica de Fernández perde força quando esses aspectos adicionais são considerados, porque mostram que o autor adota uma atitude indulgente para com McCloskey e suas falhas numa tentativa desesperada de salvar a retórica, pois, diante da natureza da postura que está sendo defendida, essas características do discurso dela não podem ser minimizadas. Assim, a tarefa do autor se mostra mais inglória do que se pode perceber a princípio, pois, para Paulani, “não é fácil dar coerência ao discurso de McCloskey” (PAULANI [1999], p. 165). A negação absoluta proposta pela retórica culmina inevitavelmente na dissolução total da ciência na literatura e, conseqüentemente, no seu desaparecimento. A valorização da perspectiva retórica não apenas obstaculiza a existência da ciência, mas também despreza mediações importantes de relações de poder e de estruturas institucionais que não pertencem ao reino do convencimento.

A intervenção de Ramón Fernández no volume em questão procura focar nas polêmicas entre McCloskey e Uskali Mäki concernentes principalmente ao conceito de verdade abraçado pela primeira e criticado pelo segundo. Embora o escopo do artigo não se refira explicitamente às críticas formuladas por Leda Paulani em seus trabalhos prévios, os esclarecimentos que ele presta responde indiretamente aos comentários que ela já havia colocado em publicações anteriores, já que o escamoteamento da verdade é um dos principais problemas levantados por Paulani como relevantes para se criticar e superar a perspectiva proposta por McCloskey.

O autor inicia o texto recapitulando as próprias origens filosóficas da retórica e a controvérsia concernente ao que ele denomina “projeto retórico em Economia”. McCloskey, que é considerada um expoente desse movimento de revalorização da retórica, propõe uma análise mais detida do uso da linguagem utilizada pelos economistas e o debate das “questões epistemológicas que derivam do resgate da persuasão como elemento central no processo de avanço das ciências” (FERNÁNDEZ [2003], p. 123). Fernández aponta que a maior parte dos economistas simpatizou com as

possibilidades oferecidas pela retórica, e que apenas aqueles que partilham dos preceitos do *mainstream* não apreciaram a perspectiva em questão, pois ela relativiza muitos dos avanços alcançados pela ciência (ou seja, a crítica à retórica é diretamente ligada ao partidarismo em relação às correntes majoritárias, de modo que é cabível apenas àqueles muito ortodoxos a discordância do projeto retórico). Os economistas alheios ao *mainstream* que não se aliaram à retórica tendem a considerar a posição de McCloskey excessivamente moderada ou a salientar a incompatibilidade entre a filiação neoclássica da autora e a sua postura metodologicamente “libertária”.

A continuidade do artigo leva o leitor a refletir sobre o posicionamento de McCloskey em relação à verdade, mote das principais críticas à retórica por parte de economistas não simpatizantes das correntes ortodoxas. Para Fernández, McCloskey não despreza veementemente a idéia de verdade, mas apenas a relativiza e destrona a possibilidade de existência de uma verdade única, inequívoca, final e universal. Uskali Mäki procurou desenvolver detalhadamente a relação entre verdade e retórica, e se preocupou especialmente com a distinção entre ‘verdade’ e ‘certeza’, confusão que a própria McCloskey reconheceu ter cometido em seu artigo. Mäki apontou, ademais, que a autora “defende uma perspectiva não-realista da retórica que parece monopolizar a compreensão da relação entre retórica e economia” (FERNÁNDEZ [2003], p. 126). Mäki considera que a “língua tem uma função que é ao mesmo tempo retórica e representacional” (FERNÁNDEZ [2003], p. 128): a retórica atua como um instrumento de desmistificação das justificativas através das quais os economistas alcançam os fins a que se propuseram. Assim, a economia teria uma face retórica, mas não seria retórica em si mesma: a retórica seria parte desse mecanismo de justificação, e não uma faceta da natureza da verdade. Não haveria conflito entre a retórica e uma argumentação racional, pois cada uma tem uma função distinta na descoberta do discurso: uma desvenda a existência da verdade, e a outra persuade uma audiência a respeito disso. Portanto, Mäki, ao se utilizar desta clivagem, soluciona a questão da verdade baseada na retórica apostando num “compatibilismo fraco” entre esses dois aspectos, enquanto McCloskey e sua “compatibilidade forte” acreditam na relação intrínseca entre eles. As diferenças entre as concepções de McCloskey e de Mäki resultariam, portanto, dos papéis distintos que cada um atribui à retórica.

A interpretação proposta por Fernández a esta questão retoma elementos colocados por Rego em seu artigo no primeiro ciclo do debate: o ideal, para ele, seria compreender a visão de verdade em McCloskey com base no pragmatismo rortyano,

que empreende uma distinção de sucesso entre verdade e certeza e admite “a existência de um amplo leque de teorias da verdade com as quais as diferentes perspectivas em economia podem se identificar e serem identificadas” (FERNANDEZ [2003], p. 132). Esse processo de identificação, por sua vez, depende do movimento de persuasão e é alimentado por ele, pois está escorado na necessidade de se pensar com flexibilidade acerca dos principais aspectos concernentes a cada questão em particular, em um determinado momento específico. Mäki, porém, assinala as dificuldades de se obter na realidade as condições que facultem o exercício de um tal conceito de verdade: o desenrolar da persuasão pura dependeria da ausência de coerção, e tenderia a colocar como verdadeiras as posições majoritárias, sendo, portanto, anti-pluralista. Para Fernández, porém, o objetivo básico de McCloskey é justamente o exercício do pluralismo, não necessariamente baseado no consenso, mas de toda forma bastante otimista em relação aos seus resultados efetivos. Apesar do reconhecimento da ingenuidade de tal visão, Fernández aponta que o padrão civilizado e regado de referência do debate não deve ser deixado de lado, mesmo que os seus resultados não sejam os melhores, visto que o importante é trabalhar para superar os obstáculos colocados à conversação civilizada. Portanto, o autor defende que a preocupação de McCloskey com a verdade existe e é genuína até o ponto em que ela permanece razoável e genuína; a busca de uma verdade metafísica está, conseqüentemente, excluída dessa amplitude, embora isso não elimine nem desqualifique as imensas contribuições prestadas pela retórica ao pensamento econômico.

3.4) O terceiro ciclo – As intervenções recentes

Após o lançamento da segunda coletânea de artigos, o debate sobre metodologia no Brasil ficou um pouco morno até a publicação do artigo “Economia e retórica: o capítulo brasileiro”, de Leda Paulani, na *Revista de Economia Política* de 2006, que fez uma avaliação fortemente marxista do curso tomado pelo debate até então. O texto faz uma associação entre a hegemonia do neoliberalismo e a defesa da retórica como forma de construção e avaliação do discurso científico. Segundo a autora, no neoliberalismo não há espaço para a ciência, pois aquele, normativo, considera-a um obstáculo, uma ficção literária descolada da realidade que mais atrapalha do que ajuda. Portanto, a aceitação da retórica necessariamente passa por um pano de fundo neoliberal, pois só

neste contexto é que se torna possível aglomerar e confundir literatura e ciência e desprezar o valor de verdade das proposições: estas ações são plenamente coincidentes com uma atitude neoliberal. Embora a leitura “pós-modernista anárquica” de autores como McCloskey pareça à primeira vista desafiar a ordem das coisas, ela na verdade realimenta o *status quo* e constitui uma tradução à altura das necessidades dele: o pós-modernismo é radical “na medida em que desafia o sistema que ainda precisa de fundamentos metafísicos e sujeitos auto-idênticos: contra essas coisas, ele mobiliza a multiplicidade, a não-identidade, a transgressão, o antifundamentalismo, o relativismo cultural” (PAULANI [2006], p. 8). Ademais,

(...) o pós-modernismo anárquico, ao atentar difusamente contra o sistema, parecendo desafiar a ordem social com sua pregação pela não identidade, pela transgressão, pelo relativismo, pela desconstrução, serve, ao mesmo tempo e por isso mesmo, para realimentá-lo: a aparência desafia o sistema, para que sua essência possa ser ratificada. Um indivíduo cuja autonomia e independência se reduzem à sua capacidade de escolher a marca e o modelo do boné e da jaqueta que vai vestir para transgredir e desconstruir a ordem instituída, pode ser qualquer coisa, menos o indivíduo efetivamente autônomo dos sonhos da teoria e da metafísica dos “grandes valores” (o Bem, a Razão, a Individualidade). A destruição do indivíduo, sua idiotização, aparece como afirmação incondicional da individualidade na sua capacidade de se impor e até destruir a ordem estabelecida. (...) Pelo caminho oposto, o pós-modernismo anárquico deságua, tanto quanto o pós-modernismo conservador, no mesmo reservatório da ratificação incondicional do capitalismo duro, intransigente e livre de regras que a era neoliberal produziu. (PAULANI [2006], p. 9)

Para Paulani, há uma clara relação de incompatibilidade entre o neoliberalismo e a economia teórica: quanto menos teoria questionando as opções neoliberais, melhor para a supremacia da “sagrada autonomia dos indivíduos”, que depende mais de um corpo puramente prescritivo do que de um suporte científico. Como o neoliberalismo esvazia definitivamente a própria existência da ciência e suplanta-a com um conjunto de prescrições, a retórica passa, então, a fazer sentido, já que o futuro e o desenrolar das ações se torna dependente do potencial de persuasão dessas normas: embora a retórica não seja aceitável como teoria, é o construto que melhor reflete o estado de coisas resultante do neoliberalismo, em toda a sua extensão, caráter e vazio.

Sendo assim, a cara pós-moderna das considerações mccloskeyanas mostra-se perfeitamente adequada para traduzir, pelo menos no que diz respeito à economia, o estado-das-artes da relação entre teoria e realidade, entre ciência e verdade nesta era neoliberal. Encontra-se aí não só o amálgama entre ciência e literatura típico do desconstrucionismo, quanto a verdade relativa de todas as crenças típica do pragmatismo. (PAULANI [2006], p. 12)

É notável que, dentro desta perspectiva, McCloskey “acerta na tradução involuntária que acaba por fazer do estado atual da relação entre ciência positiva e normativa”, embora se equivoque sobremaneira no que tange à condução do tema: mirando no que viu, acabou acertando o que não viu. Resta saber, porém, qual é a razão que governa a intromissão da discussão retórica em searas brasileiras, qual o panorama que circunda o nascimento do debate sobre a retórica; e é neste ponto que Paulani formula a sua contribuição mais explosiva e notável para o desenvolvimento do debate.

A autora aponta a necessidade premente de retomada da crítica da Economia Política para reduzir o vazio existente nos interstícios da relação entre teoria e prática. No caso brasileiro, a adoção simpática da retórica no meio acadêmico brasileiro é sintomática dessa distância: sendo um país que prima pelo atraso e pelo subdesenvolvimento cultural, é natural que abracemos também a retórica, uma vez que já abraçamos o neoliberalismo. A primeira é conseqüência do segundo, e é responsável por reforçá-lo e realimentá-lo: é justamente o atraso que nos caracteriza o fator que impede uma percepção mais profunda do caráter ideológico das proposições retóricas. Nem o neoliberalismo nem a retórica foram forjados na especificidade das condições econômicas ou do ideário brasileiros: ambos são importados, e o advento do primeiro abre espaço para a consolidação do segundo, sendo ambos flagrantemente sintomáticos do estado de dependência cultural em que vivemos. A retórica é, portanto, um discurso adequado ao neoliberalismo.

Em ordem cronológica com relação ao artigo de Paulani, mas sem um vínculo orgânico específico com a manifestação de 2006 desta autora, Paulo Gala, Danilo Araújo Fernandes e José Marcio Rego apresentaram a intervenção “Pragmatismo e Economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico” também no ano de 2006, na revista *Estudos Econômicos*. Ela responde com mais profundidade ao artigo “Idéias fora do lugar”, de Leda Paulani, que data de 1992: para fazê-lo, procura avançar na seara do pragmatismo e de suas correntes derivadas, identificando a perspectiva fundante do ideário retórico proposto por McCloskey.

McCloskey, no entanto, (...) procura resolver estes impasses da metodologia econômica oficial recorrendo não a um recurso pragmático-empirista como última salvação para a definição de um critério epistemológico, mas sim buscando melhor compreender e refletir pragmaticamente sobre os próprios pressupostos filosóficos das concepções racionalistas e empiristas enquanto fonte de inspiração, que durante séculos sustentou a crença de tradição iluminista de que a Verdade e o critério de demarcação são elementos indispensáveis para a prática científica. McCloskey segue Rorty, portanto, ao questionar fundamentalmente a necessidade última da existência de qualquer recurso epistemológico para a prática científica em economia. Alega a irrelevância e aparente contra-senso de atitudes demarcacionistas que possam servir como instrumento capaz de gerar qualquer tipo de controle filosófico ou epistemológico em relação à prática efetiva da ciência econômica. (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006a], p. 654)

Para os autores em questão,

(...) o objetivo da crítica pragmatista à epistemologia como fazem Rorty e McCloskey é lutar para tornar mais claras as nossas escolhas e impedir que as mesmas sejam camufladas por supostas isenções filosóficas em nome da objetividade e neutralidade científica. Como procuramos demonstrar ao longo do texto, acreditamos que não temos como nos isentar da responsabilidade de assumir nossas escolhas e visões de mundo assim como nossos supostos interesses, sejam eles científicos ou não, das estruturas políticas e econômicas da sociedade. (...) Estar supostamente neutro e buscar o domínio dos fatos não deixa de ser uma escolha que prioriza uma atitude de complacência com os interesses hegemônicos. Por outro lado, ser crítico também não nos garante uma superioridade epistemológica que nos permita assumir que a crítica de uma condição conjuntural ou estrutural de uma sociedade possa estar acima de outros interesses também presentes nestas mesmas sociedades. Daí a importância do caráter argumentativo e de valorização democrática e não epistemológica do discurso econômico (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006a], pp. 656-657)

No Encontro da ANPEC de 2006, este mesmo trio publicou um artigo de forte conteúdo crítico em relação ao posicionamento de Leda Paulani. A intervenção, intitulada “Tudo o que é sólido desmancha no ar: as desventuras filosóficas de uma crítica anti-retoricista em Economia”, é uma resposta ao artigo de Paulani de 2006 na *REP* e procura apontar que as considerações de Paulani não devem ser levadas muito a sério, visto que, embora marcada por um embasamento marxista (que prima por procurar dar um sentido histórico e materialista à obra metodológica de McCloskey), ela não consegue compreender as limitações “de uma perspectiva progressista que não consegue se dar conta da dialética contraditória que impele qualquer nova perspectiva, dita moderna, rumo a uma inexorável superação de si própria.” (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b], p. 2) Para os autores em questão, é equivocada a relação que Paulani tenta fazer entre o papel da retórica e a supremacia do neoliberalismo, pois esta tenta ofuscar as “possibilidades emancipatórias e críticas

presentes no cerne da proposta metodológica de McCloskey” (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b], p. 9) e ignora toda uma tradição de autores pós-”virada lingüística” da filosofia contemporânea, reduzindo a importância do debate em torno da análise do discurso no âmbito da filosofia da linguagem. Assim, os autores colocam que Paulani, não sendo capaz de fazer a crítica pela via do debate lingüístico proposto por McCloskey, tenta enveredar pelo caminho da crítica externa, trilhando uma “perspectiva historicista-subjetivista que não reflete hermeneuticamente sobre sua própria condição histórica e lingüística” (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b], p. 13). Com isso, querem dizer que o pecado da crítica de Paulani é justamente se esquivar da reflexão sobre o seu próprio estatuto histórico, que, devendo constituir a base da matriz marxista/materialista, faz falta nas intervenções dela. É como se ela

(...) pudesse ser capaz de observar a realidade mundial e brasileira por um prisma externo e privilegiado. E daí, ao mesmo tempo, pudesse dizer o que é ideologia e o que não é. Ao contrário do que pensa a autora, cremos que esta seja uma postura intelectual problemática, que inviabiliza uma reflexão realmente crítica e moderna. Para nós, este tipo de postura, no limite, acaba por nos manter presos a uma perspectiva epistemológica (ou ontológica) a qual não se permite conceber a si próprio como ideologia; e que, portanto, acaba impondo restrições filosóficas que limitam sua própria capacidade de auto-reflexão crítica. Este sempre foi um dos grandes problemas do positivismo; mas também parece ser o problema de algumas correntes marxistas que desconsideram o debate sobre a filosofia crítica da linguagem contemporânea. (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b], p. 13).

A consequência disso, para os autores, é que Paulani acaba afirmando uma postura tão ou mais conservadora e contraditória do que o próprio positivismo, pois é capaz de enxergar a ideologia nos outros, mas não em si mesma, considerando-se acima de qualquer ideologia e com pretensões de neutralidade e capacidade de julgamento. Ao afirmarem para si “uma condição epistemológica (ou ontológica) privilegiada”, essas posturas perdem poder de crítica, pois não se enxergam como datadas e superáveis. A citação abaixo resume o tom das considerações dos autores:

Dessa forma, portanto, desconsideram a dimensão histórica (e lingüística) que limita sua própria capacidade de representar a si mesmo e ao mundo, sem levar em consideração os jogos de linguagem que se reinventam constantemente em nossos debates acadêmicos. Pensam como se suas convicções teóricas particulares tivessem sido formadas em algum fórum intelectual cosmológico onde um consenso seria o único resultado racionalmente esperado e dado para todos os participantes envolvidos e capazes de compreender racionalmente, e de forma subjetivista e privilegiada, a natureza do debate acadêmico em questão. E não como um consenso intersubjetivo e local (historicamente datado) que se forma a partir de situações concretas e naturalmente formadas em condições históricas específicas, e que, portanto, não passam de acordos formados contingencialmente e voltados para as necessidades concretas que

nos são colocadas pela realidade; esta sim entendida num sentido materialista crítico e moderno. (GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b], p. 14).

Ao desconsiderar todo esse contexto do debate lingüístico da filosofia contemporânea, Paulani deixa, segundo os autores, de realizar mediações importantes que conduziriam logicamente à retórica, e “força” uma associação espúria entre retórica e neoliberalismo que, para eles, não se sustenta, a não ser, justamente, como artifício “retórico” para desmerecer, diante de uma platéia qualificada, os potenciais avanços que a retórica pode trazer para a interpretação do discurso científico. Os autores afirmam, ainda, que o intuito final da retórica é justamente possibilitar uma crítica sem contradições internas, uma crítica que entenda o seu papel na dinâmica do discurso científico, uma crítica que critique a si mesma e que se reavalie constantemente, o que deve impedir, em consequência, o encastelamento de posições como a de Leda Paulani, que, no julgamento deles, se considera acima de qualquer discussão porque entronada num *locus* privilegiado de avaliação e de discernimento. Portanto, para eles, o problema das considerações de Paulani não é apenas a saída que ela defende, mas também a sua atitude perante o movimento do debate (de supostamente se considerar correta, inequívoca, acima de crítica) e perante as outras posturas nele presentes.

Nos Anais do Encontro Nacional da ANPEC de 2007, Paulani apresentou um artigo denominado “Ciência Econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”, que faz uma recapitulação crítica da trajetória do pensamento metodológico em Economia a partir da taxonomia de explicações científicas construída pelo positivismo moderno. Ela aponta que a Ciência Econômica nasceu sob a “marca da indefinição metodológica”, sem nunca ter se preocupado genuinamente com esses assuntos “metateóricos”, “sem nunca definir precisamente que tipo de saber, afinal, produzia” (PAULANI [2007], p. 2). Apesar disso, o tema nunca saiu de debate, como mostram os exemplos que ela elenca ao longo do desenvolvimento do seu artigo. Este texto, embora não lide diretamente com o tema da retórica, traça um caminho detalhado da evolução da metodologia em Economia, trajetória que se mostra bastante útil no curso da análise pretendida.

O volume 28 da *Revista de Economia Política*, edição de janeiro-março de 2008, apresenta o desenrolar mais recente do debate sobre a retórica, que pode ser chamado de “o estado da arte” do assunto no Brasil. Novamente, a discussão se mostra polarizada entre José Marcio Rego, Paulo Gala, Danilo de Araújo Fernandes e Leda Maria Paulani. O primeiro texto, de autoria dos três primeiros, é denominado “Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em Economia”, e, mais uma vez, objetiva apontar os problemas da crítica materialista que Leda Paulani faz ao pragmatismo e à retórica. Ele não é substancialmente diferente do artigo que o precedeu, denominado “Tudo o que é sólido desmancha no ar: as desventuras filosóficas de uma crítica anti-retoricista em Economia”, sendo apenas mais sucinto, organizado e ácido que este. No entanto, a revista deu à Leda a oportunidade de replicar aos três autores na mesma edição em que eles tiveram o artigo incluído: a resposta se chama “A aventura da crítica”, e objetiva rebater as duras críticas feitas a ela pelo trio defensor da retórica.

Uma destas críticas reside no fato de que os três autores consideram de suma importância o escamoteamento que Paulani faz da virada lingüística, que constituiria o caminho capaz de fornecer as mediações adequadas para se chegar à retórica a partir de Habermas. A autora, no entanto, ressalta que o fato de ela não simpatizar com a vertente da “*linguistic turn*” não significa que ela a tenha desprezado em suas considerações: ela apenas não partilha de seus pressupostos, o que significa, conseqüentemente, que ela não é obrigada a concordar com as afirmações que a envolvem. Isso não significa, porém, que a visão de Paulani seja limitada quanto a esse assunto; quer apenas dizer que ela não considera tal vertente relevante o suficiente para traçar as mediações que os três autores supõem que ela seja obrigada a percorrer. Não é uma questão de limitação, mas sim de *diferença*, que os defensores da retórica, apesar de dizerem que valorizam o pluralismo e a conversa civilizada, não parecem ser capazes de tolerar. Ademais, o fato de Paulani não ser partidária da vertente lingüística não quer dizer que ela negligencie o papel da linguagem na construção e na interpretação do discurso científico.

Outra questão levantada por Gala, Fernandes e Rego se refere à suposta pretensão de invulnerabilidade sob a qual eles crêem que Paulani se coloca. Como a própria autora aponta, sua conclusão acerca da ligação entre retórica e neoliberalismo não é um achado correto acima de tudo e inequívoco: é uma construção na qual ela crê, cujas mediações ela apresenta fielmente ao longo do artigo que a publica e que é construída de maneira coerente com o embasamento teórico sobre o qual ela se funda,

sem que, para fazê-lo, ela precise assumir qualquer tipo de “imunidade epistemológica”.
Em suas próprias palavras:

Não é verdade que não assumo nenhum grau de vulnerabilidade. Tenho perfeita consciência de quão arriscadas são as teses aí defendidas. Contudo, pelo menos no que concerne à relação neoliberalismo x retórica, a tese, apesar de arriscada, é “fraca”, no sentido de que o vínculo que estabeleço entre os dois termos não é de necessidade ou de ordem causal (não se trata, portanto, de teoria conspiratória da história), mas simplesmente de *adequação*, uma relação de congruência (*a la* Weber) que percebi, e que minha matriz materialista me permitiu apresentar. Se se quiser chamar isso de “achado” não vejo grande problema, mas não posso aceitar seu enquadramento na categoria de “respostas prontas”, visto que meu texto procura apresentar todas as mediações que me parecem necessárias para afirmá-la, sendo, portanto, claramente aberto à contestação. Não falo, portanto, de nenhum fórum intelectual cosmológico, imunizado epistemologicamente, que me torne surda à conversação moderna. (PAULANI [2008], p. 175)

O posicionamento de Paulani aponta para a consideração de que abraçar a retórica é algo “subjetivamente progressista, mas objetivamente regressista”. Ao fazê-lo, ela não deixa de reconhecer a importância da análise retórica do discurso econômico: afinal, ela assinala mesmo em Marx um trabalho constante de reconhecimento da ideologia por meio da linguagem, que serve não só para agudizar a percepção dos pensadores e debatedores em torno das estruturas de poder que se encastelam em torno de uma determinada concepção, mas também para delimitar estratégias de enfrentamento delas. A questão é que, para Paulani, não parece razoável deixar de lado a ciência para apostar na retórica: dissolver a primeira na segunda faz com que muitas relações importantes se percam, de modo que operadores relevantes como a verdade fiquem no limbo da discussão. No entanto, ela reconhece que, apesar de discordar dessa postura, ela é a que traduz com mais fidelidade o caos neoliberal dos tempos em que vivemos. Para Paulani, McCloskey foi feliz em ter alcançado uma tradução bastante eficiente deste processo; isso não significa, porém, que seja necessário endossá-lo ou partilhar dele. Muito pelo contrário: o triste diagnóstico de possibilidade de fim da ciência aberto pela supremacia do neoliberalismo demanda justamente o exercício da teoria crítica e da crítica da Economia Política para que possamos manter os pés no chão, e para que o *métier* do economista não fique reduzido a uma conversa caricatural incapaz de fornecer elementos basais para transformar e reciclar a realidade em prol de valores outros que não a primazia do mercado ou do indivíduo.

4 – O debate internacional sobre a retórica: trajetórias

Parte importante do debate internacional sobre a retórica, que se desenvolveu quase que imediatamente à publicação do texto seminal de McCloskey, está condensada no vol. 4 da revista *Economics and Philosophy* de 1988. Esta edição agrega textos como “How to combine rhetoric and realism in the methodology of Economics”, de Uskali Mäki, “Economic methodology: rhetoric or epistemology?”, de Steven Rappaport, “Economics is too important to be left to rhetoricians”, de Alexander Rosenberg, “Two replies and a dialogue on the rhetoric of Economics – Mäki, Rappaport and Rosenberg”, de Donald McCloskey, “Realism, Economics and rhetoric – A rejoinder to McCloskey”, de Uskali Mäki, “Arguments, truth and economic methodology – A rejoinder to McCloskey”, de Steven Rappaport, e “Rhetoric is not important enough for economists to bother about”, de Alexander Rosenberg. Estes são alguns dos textos representativos do debate; diversas outras manifestações ocorreram nos anos posteriores, mas os escritos em questão constituem uma amostra interessante dos rumos tomados pelo debate.

O debate internacional, como se pretende mostrar, seguiu um direcionamento fundamentalmente diferente do debate brasileiro. Enquanto o segundo percorreu as interpretações sobre o posicionamento retórico e as justificativas relativas a argumento e verdade, tendo procurado, ademais, conferir credibilidade ao pensamento retórico, o debate internacional desde o princípio já inseriu elementos que apontassem outros caminhos a serem seguidos, tendo em vista que, para a maioria dos debatedores, a retórica se mostrou insuficiente para construir uma abordagem consistente de metodologia da Ciência Econômica (ao contrário do que ocorreu no debate brasileiro, no qual Leda Paulani ficou praticamente isolada na defesa desta posição).

4.1) Mäki e a necessidade do realismo

A primeira intervenção neste debate é a de Uskali Mäki [1988a]. Embora o autor principie sua intervenção reconhecendo a importância da contribuição formulada por McCloskey e Arjo Klammer para a teoria econômica, ele aponta que a retórica sozinha não é suficiente para prover um método para o pensamento econômico; não há como abraçar incondicionalmente a retórica como McCloskey faz. Para Mäki, a Economia

tem uma faceta retórica, mas isso não impede que ela seja compreendida em termos *realistas*: na verdade, a compreensão retórica pode ser tomada em termos complementares àqueles formulados pelo realismo. Assim, ele crê que retórica e realismo não sejam perspectivas excludentes, mas sim passíveis de serem combinadas, e a consideração de ambas enriquece sobremaneira a análise, visto que ambos são capazes de agregar a ela elementos relevantes para a construção de uma “metateoria” da Economia.

Para Mäki, a busca de regras científicas sólidas para guiar a formulação do discurso econômico constituiu uma preocupação constante das primeiras gerações de economistas, mas o realismo sempre esteve presente como mola mestra para a delimitação delas. Após Friedman, porém, a questão do realismo passou a ser encarada como menos relevante: a discussão passou a girar em torno das regras e da sua observância pelos economistas, e não do caráter realista que eventualmente as impregnasse. Embora McCloskey e Klamer não tenham sido os primeiros a se mostrarem descontentes para com a rigidez dessas regras, eles foram pioneiros na apresentação de uma proposta radical de enfrentamento de princípios encastelados há muito tempo no método da Ciência Econômica: para Mäki, a retórica sem regras anula a possibilidade de qualquer consideração realista. A trajetória da metodologia até a retórica foi, inicialmente a combinação de realismo e regras, tendo esta se convertido, posteriormente, num elenco de regras sem realismo: a retórica propõe, por sua vez, a combinação esdrúxula da retórica sem o realismo, o que, para Mäki, se apresenta como uma possibilidade tão complicada e ineficaz quanto as anteriores. O mais adequado, segundo o autor, seria pensar na combinação retórica e realismo, visto que a retórica, sozinha, implica numa concepção pragmática e instrumentalista da Economia que a afasta da perspectiva científica. A despeito de desconfiar da possibilidade da predição na Economia, a retórica não julga prudente descartar a teoria neoclássica, já que ela preenche um dos requisitos mais relevantes para ser considerada uma teoria válida: o da persuasão, (independentemente do fato de o realismo não fazer parte do seu rol de características).

Segundo Mäki, o realismo em Economia concerne à existência de uma realidade objetiva, independentemente das posições e referências que a ciência fornece. Estas, limitadas, são capazes de apenas dar conta de um ou de alguns aspectos desta realidade; assim, elas representam-nos de maneira verdadeira ou falsa, mas sempre se referem a um referencial objetivo, embora possivelmente desconhecido em sua totalidade. Outra

consideração relevante a esse respeito é a confusão que McCloskey e Klammer fazem ao misturarem certeza e verdade: como Mäki aponta, um não precisa necessariamente vir acompanhado do outro. O compromisso com o realismo não significa que existe certeza sobre o que está sendo debatido: a verdade e a certeza pertencem a campos epistemológicos distintos, e não podem ser confundidos. Uma vez enquadrada esta questão ao instrumental analítico, o caminho para o dismantelamento da perspectiva retórica fica mais claro.

O primeiro aspecto que Mäki levanta em relação à perspectiva de verdade dentro da retórica se refere ao próprio propósito de seus defensores. Ao sinalizarem a necessidade de se deixar para trás o que é denominado “perspectiva modernista”, em nome de uma visão mais aberta e mais repleta de possibilidades, como a retórica tal como defendida por eles, McCloskey e Klammer pretendem aproximar a audiência daquilo que eles consideram como sendo a verdade em relação ao método na Economia (ou aquilo que mais se aproxima da verdade, de maneira mais consistente do que os preceitos “modernistas” avaliados como negativos para o desenvolvimento da ciência). Ao apontar que o papel da retórica é “to describe and explain the actual behaviour of economists qua economists” (MAKI [1988a], p. 97), Mäki revela que a retórica se atira inconscientemente na armadilha do realismo: para que ela cumpra o seu papel, tal como especificado por seus defensores, é preciso que ela admita a existência de uma realidade objetiva cognoscível ao menos em parte, ou de um referencial objetivo de realidade ao qual se pode chegar ou do qual é possível se aproximar. Assim, descolar inteiramente a retórica do realismo é impossível: mesmo a perspectiva retórica mais radical não consegue se privar de algum grau de realismo metateórico, ao menos. Mesmo a questão da persuasão não pode deixar de lado a realidade: se há algo que deve ser objeto de persuasão por parte da teoria, é porque este algo não se mostra consistente com a realidade, ou porque parece falso. No entanto, para que a campanha como um todo faça sentido, é preciso que o objeto da mudança seja falso em relação a alguma coisa... A persuasão, por si só, não se sustenta: precisa estar relacionada a algum referencial.

Portanto, a perspectiva retórica, assentada principalmente na necessidade de persuasão, não é capaz de responder as questões colocadas pela metateoria. Uma vez constatada a inconsistência, Mäki coloca duas possibilidades para os defensores da retórica: ou eles partem para a consideração de uma visão realista consistente, ou adotam de uma vez uma posição não-realista. O autor é partidário da primeira, visto que, embora os termos “falso” e “verdadeiro” não sejam parte cotidiana do vocabulário

dos economistas, eles mostram crenças e intenções a respeito de verdade e falsidade (como no caso de McCloskey e Klamer, que defendem suas posições a respeito da retórica como se fossem as mais verdadeiras em relação às perspectivas previamente estabelecidas). “The terms ‘true’ and ‘false’ do not have to appear in the conversation for this to be the case.” (MAKI [1988a], p. 102) Assim, é possível conceber uma combinação de retórica e realismo que se baseia no fato de que os economistas fazem *uso retórico do vocabulário realista*: ou seja, a retórica precisa do realismo como pano de fundo do seu projeto, se quiser formulá-lo de maneira razoável. Aliás, algumas audiências justamente rejeitam a retórica por conta do caráter anti-realista que ela carrega consigo; se os retóricos forem capazes de admitir a necessidade de considerações realistas, a formulação se torna, inclusive, muito mais persuasiva. A persuasão, aliás, não exclui a existência de uma realidade objetiva. Nas palavras de Mäki,

Regardless of what imaginative types of rhetorical devices are used by economists, they nonetheless may be thought of as talking and may be urged to talk about that aspect or part of the real world which is called the economy, with the aim of producing true representations of it. Economists may have recourse to physical or biological analogies and literary or mathematical metaphors, and they may appeal to authority or tradition, or to empirical evidence or aesthetic values, but none of this prevents them from theorizing about real existing consumers, business firms, money, prices etc. Keynesians and monetarists may operate within mutually exclusive frameworks, implying the creation of two “thought worlds”, but it needs to follow from this that these schools are not trying to be persuasive about one and the same objectively existing economy with claims to (closeness to) truth. What economists do in the way of persuading each other, politicians, and the general public does not imply that realism must be rejected. (MAKI [1988a], p. 105)

Assim, Mäki aponta que há uma relação consistente que permite que a retórica e o realismo sejam considerados conjuntamente. Como ciência social, faz parte das tarefas da Economia auxiliar e contribuir com a compreensão do mundo; assim, é essencial que ela considere aspectos da realidade tais como a estrutura social e as relações de poder, visto que estes esclarecem a finalidade da persuasão de uma teoria. Sem eles, a Economia poderia ser percebida como “*mere game playing*” (MAKI [1988a], p. 106), como uma ciência sem ambições epistêmicas, cujo papel seria apenas brilhar no contexto intelectual. A diferença entre a simples retórica e a retórica aliada ao realismo é a marca da dialética: o realismo faz da Economia mais do que um mero exercício intelectual. A conexão contínua com a realidade traz para o campo da

Economia a mudança, o questionamento e a questão das relações concretas: o realismo aproxima a Economia de uma ciência mais *committed to change*.

4.2) Rappaport e a importância da epistemologia

Para Steven Rappaport [1988a], a visão epistemológica da metodologia tem consideráveis vantagens sobre a visão retórica (e sobre todas as outras). A epistemologia consiste no estudo do embasamento que justifica a aceitação ou a rejeição de hipóteses; na visão epistemológica, a metodologia econômica é uma subcategoria da epistemologia. Para McCloskey e os retóricos, porém, a metodologia econômica pertence à filiação da retórica; segundo eles, o assim denominado “modernismo” é uma abordagem equivocada da metodologia, e as metodologias baseadas em regras não refletem uma maneira correta de se fazer ciência. No entanto, afirma Rappaport, nenhuma dessas duas considerações é suficiente para deixar de lado a visão epistemológica e apostar na retórica, uma vez que a primeira é uma visão suficientemente abrangente e neutra em relação às metodologias que McCloskey critica. A visão epistemológica, ademais, não específica como a metodologia econômica estuda os tipos de argumento que podem ser utilizados para justificar a aceitação ou a rejeição de afirmações. Ademais, o fato de o “modernismo” ser uma metodologia baseada em regras considerada ineficiente pelos retóricos não implica na necessidade de desconsideração de toda e qualquer metodologia deste tipo. Como a visão epistemológica considera que a tarefa da metodologia econômica é caracterizar o conjunto de critérios que delimitam as hipóteses e teorias em Ciência Econômica, ela deve apoiar a existência de algum tipo de critério, que não precisa ser algo necessariamente fora do âmbito circunscrito às regras; supõe-se, ademais, que este critério seja adotado pelos economistas por livre escolha para ser o empregado nas análises, e não imposto de fora. Portanto, a visão epistemológica é compatível tanto com a adoção de uma metodologia baseada em regras como com a sua rejeição; assim, ela não pode ser descartada sob as justificativas apresentadas por McCloskey, visto que é capaz de comportar todas as queixas apontadas pelos retóricos. A crítica do modernismo e a rejeição das regras não constituem, conseqüentemente, desculpas para permitir a apelação para a retórica.

Enquanto a epistemologia metodológica analisa os argumentos que conduzem à aceitação ou à rejeição de uma hipótese, a retórica metodológica descreve os instrumentos retóricos usados na Ciência Econômica, tanto os que são baseados em evidências e os que não o são. A epistemologia tem no mínimo duas vantagens em relação à retórica: em primeiro lugar, ela recupera a relação entre Economia e a busca pela verdade, que a retórica deixa de lado; em segundo lugar, a epistemologia mantém o foco em um objetivo ou intenção coerente, em relação ao qual a retórica se mostra francamente falha.

4.3) Rosenberg: previsão e realidade

O título da intervenção inicial de Rosenberg [1988a] já deixa claro qual a posição adotada pelo autor. Uma razão inicial para não se defender a retórica pode ser apreendida logo no início do texto:

(...) because, of all the social sciences, economics is one to which we look most immediately for policy implications, it is the one whose form and avowed methods seem least in need of some anti-Positivist rationalization, and it is the one with the most prominent tradition of disdain for “methodology”. Yet the anti-empiricist trend is apparent in the visibility of recent work by economists on the philosophy of their subject. (ROSENBERG [1988a], p. 130).

Portanto, é justamente a importância prática das formulações derivadas das discussões em Ciência Econômica que a torna um campo fértil para análises calcadas na realidade, para a utilização de parâmetros práticos. Para o autor, parece justamente absurdo que nessa ciência tenha brotado algo tão descolado da realidade como o pensamento retórico, que deixa de lado a busca da verdade para investir na persuasão das audiências. Se a Economia é uma ciência cuja finalidade deve ser a proposição de políticas e de caminhos possíveis, como aceitar que ela esteja sendo permeada por uma tendência anti-empírica?

Rosenberg faz uma alusão irônica à importância do trabalho de McCloskey para o desenvolvimento da metodologia em Economia: o texto, além de sedutor, bem escrito e evitado de “ismos” muito apreciados pela modernidade (como o desconstrucionismo), é permeado por uma excessiva bagagem filosófica, e constitui “a Sophistic invitation to complacency about Economics and an attempted seduction of the discipline into

irrelevancy” (ROSENBERG [1988a], p. 130). Para o autor, se McCloskey estiver correto, então não existem problemas sérios a serem discutidos na filosofia da Economia, o que inclusive invalida a existência da disciplina, já que não há porquê procurar satisfazer as necessidades práticas de *policymakers* (uma vez que não há razão para colocar a Economia a serviço de problemas práticos). Se se permite que a retórica corra solta, passa-se a conviver com o risco de que a Economia se transforme em um gênero literário, num estilo de escrita, numa novela de problemas e questões da humanidade expostos de maneira bem particular.

Segundo Rosenberg, a adoção do positivismo/modernismo em Economia tal como denominado por McCloskey tem uma razão profunda para explicá-la: ela se deve menos ao poder de explicação deste método ou ao poder justificador da matematização da disciplina em relação aos preceitos da vertente neoclássica da Ciência Econômica (em termos de possibilidades de predição), mas sim à necessidade justamente de desqualificar a importância da matemática para a Economia (não de racionalizá-la); portanto, é uma falácia pensar que a adoção do positivismo requereu uma maior matematização. Ademais, o positivismo serviu como instrumento de estigmatização da Economia marxista: “positivism rationalized neoclassical economics only to the extent that it claimed to undermine its competitors” (ROSENBERG [1988a], p. 133).

O autor aponta que a crença de McCloskey de que a predição como foco da ciência está equivocada é uma falácia; este é um dos pilares da definição da retórica pela negativa. O fato de teorias científicas importantes como a geologia e a astronomia serem ciências mais históricas do que preditivas (McCLOSKEY *apud* ROSENBERG [1988a], p. 135) não reduz o poder da previsão na ciência: as teorias mais aclamadas e valorizadas no meio científico são justamente aquelas que têm o maior potencial preditivo, pois, assim sendo, são mais capazes de auxiliar o pesquisador a guiar políticas e a procurar resultados concretos para a humanidade nos quais ele possa contribuir com suas formulações. Este fato é particularmente verdadeiro para a Economia, que busca a todo momento modelos com maior capacidade preditiva, de modo que se torne factível a racionalização da maior parte possível dos fenômenos com os quais ela tem que lidar. Ademais, ele indica que reduzir o discurso científico à literatura é um erro imperdoável: segundo ele, se não há mais para a segunda do que produzir pensamentos artísticos e cheios de sentimentos, há mais do que isso para a ciência. Para esta, a tarefa principal consiste sempre em lidar com a verdade, mesmo que isso não esteja explícito na condução do problema. Para Rosenberg, quando a ciência não pergunta sobre a verdade,

é porque a conexão entre verdade e argumentação razoável já ficou óbvia; nos demais casos, é sempre preciso pedir evidências que suportem uma afirmação, justificativas para uma conclusão e dados para tornar concreta uma hipótese, supondo a todo momento que o objetivo do processo é chegar à verdade. E, por sinal, o que mostra se um discurso científico é bom ou não não é o caráter artístico intrínseco à sua formulação, mas sim a sua capacidade de alcançar a verdade (ou ao menos de chegar perto dela).

A necessidade de algum tipo de predição é uma das razões mais importantes pelas quais recorreremos à ciência, visto que precisamos dos melhores dados possíveis sobre o futuro (conscientes da complicação que significa essa busca) como guias para tomarmos decisões que melhorem a situação da raça humana. Deixar de lado a possibilidade de previsão como parte importante da tarefa da ciência, tal como McCloskey faz, é assumir um compromisso de difícil justificativa com uma ciência econômica que não pensa questões práticas de políticas. Se o papel da ciência não é melhorar a vida humana, então qual é? De volta ao simples jogo intelectual. Se esta continua sendo sua tarefa, como conduzi-la sem lançar mão do instrumental preditivo? McCloskey aponta, ademais, que a predição não é importante em Economia porque é impossível; será que esta é uma questão relacionada ao fracasso das expectativas racionais ou à real impossibilidade da predição (se não em termos exatos, ao menos em termos próximos)? Para Rosenberg, o progresso da ciência só pode ocorrer com base no poder preditivo das teorias, tenham tais previsões sucesso ou não. Talvez a questão seja concernente ao caráter irrealista da concepção de mundo de McCloskey, no sentido de que crê que as hipóteses que embasam uma teoria não possam jamais ser suficientemente calcadas na realidade ao ponto de tornar possível a previsão em Ciência Econômica. Aí se justifica o título da intervenção de Rosenberg: a Economia, ou melhor, o seu papel epistemológico, é importante demais para ser deixado aos caprichos da retórica, que pensa tudo em termos de um mundo ideal no qual a ciência seja apenas uma brincadeira de pessoas intelectualizadas e pouco ou nada tenha a contribuir de forma concreta para com as questões colocadas pelos problemas cotidianos enfrentados pela humanidade. A retórica, embora tenha, para Rosenberg, sua importância para a metodologia ao fornecer uma visão nova e pouco explorada até então, peca ao delimitar mal o papel da ciência e a importância do conhecimento científico para a transformação e o compromisso social.

4.4) McCloskey e o contra-ataque da retórica

A resposta a estas críticas está em McCloskey [1988]. O autor aponta que, no geral, a recepção da proposta retórica no meio acadêmico foi calma, tendo resultado em produções intelectuais de reconhecido valor da parte de filósofos, humanistas, jornalistas, cientistas sociais e alguns metodólogos da Economia (como Uskali Mäki e Steven Rappaport). Outros metodólogos, porém (como Alexander Rosenberg), reagiram com uma fúria desmedida, porque, cheios de preconceitos e condicionados a valorizar outros pensamentos que não a retórica, acham que a idéia de retórica é particularmente difícil de ser compreendida, já que estão demasiado encastelados em idéias antigas e vêem os pensamentos novos com receio.

Following a human impulse evident since the cave painters, they identify a new thing poorly understood with their darkest fears. Its is not that the conventional methodologists understand what they are reading and then disagree with it. One can show pretty easily that, unlike the non-methodologists, they do not understand it at all. The existing pattern in their thinking obstructs their reception of rhetoric. (McCLOSKEY [1988], p. 151)

McCloskey aponta que o discurso científico esconde intenções e significados que não estão necessariamente explícitos no que está sendo dito: muitas das mensagens propagadas pelos economistas estão escondidas nas escolhas que eles fazem em termos de vocabulário e de figuras de linguagem. Ele aponta que no geral não há muito o que discordar da intervenção de Mäki: no entanto, argumenta que a própria formulação de Mäki é retórica, pois, para se discutir com a retórica, é preciso ser um pouco retórico também: o compromisso com a retórica nasce a partir da contraposição a ela e em favor do estreitamento das idéias. Para ele, não é possível juntar retórica e realismo como Mäki propõe porque os argumentos fora da retórica humana não conduzirão necessariamente à realidade: segundo McCloskey, não dá para obter muitas realizações práticas em tal nível de abstração. O texto é permeado por uma ironia por vezes agressiva, o que levanta a questão da adequação da intervenção de McCloskey aos preceitos que ele próprio advoga concernentes à conversa civilizada.

Em relação a Steven Rappaport, McCloskey aponta que a natureza dos argumentos por ele utilizados sinaliza que ele não quer lidar filosoficamente com questões complicadas, e por isso ele advoga a manutenção da epistemologia em oposição às metáforas e ao contexto pragmático. Ao valorizar, para a metodologia, a

tarifa de apenas assegurar que as conclusões derivam logicamente das premissas, Rappaport aponta, para McCloskey, que ele prefere que a ciência permaneça num campo sem grandes ousadias. Para McCloskey, a questão é que não há como se prender a um conceito normativo de “verdade”, pois a verdade absoluta é inatingível: todos prezariam a verdade justificada se fosse possível alcançá-la. Ademais, ele aponta que Rappaport se mantém muito preso a tradições de pensamento velhas e por vezes auto-centradas, como exemplifica na citação abaixo:

Rappaport follows a long philosophical tradition, in assuming his conclusions. The theorem goes like this: we want good arguments. Good arguments are defined (by Rappaport) to be “evidential”. Evidential arguments are defined (by Rappaport) as what philosophers want to talk about. Therefore, to get good arguments, we philosophers should continue talking as we have, epistemologically. I am not opposed in all circumstances to begging the question. In certain fundamentals, it may prove necessary and virtuous. But that is a rhetorical excuse for a philosophical argument, and I am not sure Rappaport would want me to help. (McCLOSKEY [1988], p. 156)

Quanto a Rosenberg, McCloskey crê que a sua fixação pela previsão é desproporcional em relação aos outros temas tratados no livro sobre a retórica. No entanto, ele faz a crítica a Rosenberg por meio da emulação extremamente irônica de um diálogo socrático com o intuito caricatural de ser persuasivo, no qual o ridiculariza como reacionário, preso aguerridamente ao passado. McCloskey, utiliza frases retóricas como “we philosophers do not read what we know we will disagree with, that would be a waste of time”, “the status of economics would be lowered if we started to talk about it in literary ways” e “I have always prided myself of my tolerance: it comes from my devotion to narrowing the empirical evidence. I am persuaded, for example, that my auto mechanic uses positivism when he fixes my car”.

4.5) Tréplicas a McCloskey

Após os artigos principais, segue uma parte de tréplicas à manifestação de McCloskey, que disparou críticas a todos os envolvidos no debate. A tréplica de Mäki a McCloskey [1988b] aponta que a quase todas as críticas feitas pelo primeiro à manifestação do segundo ficaram sem resposta. Mäki assinala que o convite ao realismo é mais do que uma mera elevação no nível de abstração (que McCloskey considera

improdutiva e pouco prática): é uma possibilidade de dar coerência interna aos argumentos da retórica. Mäki duvida do único ponto colocado como objeção por McCloskey: este é citado como apenas uma elucubração, e não como um questionamento firme. Aliás, o próprio McCloskey admite a necessidade de precisar melhor o significado de alguns termos em sua formulação, e diz que parte dessa consciência derivou dos comentários de Mäki. Este finaliza a tréplica com uma nota extremamente interessante: a retórica parece ser mais um conjunto de pensamentos básicos junto com algumas idéias esparsas, e não tem força nem consistência para se consolidar como uma “teoria econômica da retórica”. Elas fornecem alguns *insights* interessantes em relação à natureza do discurso econômico, mas carecem de um embasamento teórico mais sólido. Da maneira como estão apresentadas, podem constituir um equipamento acessório em análises mais profundas, mas não têm fôlego nem autonomia para fundamentarem sozinhas um pensamento mais elaborado.

A tréplica de Rappaport [1988b] manifesta descontentamento em relação à resposta de McCloskey: segundo o autor, a resposta teria deixado de lado o aspecto central de sua crítica à retórica. Ele aponta que não é possível identificar verdade e persuasão, pois é plenamente possível que uma afirmação seja persuasiva sem que seja verdadeira; a abordagem retórica coloca a persuasão como o foco central da conversação entre economistas. Mas, sendo persuasão e verdade distintos, como é possível que o nexó entre Ciência Econômica e busca da verdade seja mantido? Para Rappaport, é justamente essa a vantagem da epistemologia metodológica, e esse é o ponto ao qual McCloskey não responde.

A tréplica de Rosenberg [1988b] insiste na questão da realidade, que McCloskey continua escamoteando, sem o compromisso de tratar o assunto com seriedade. Rosenberg também responde de maneira extremamente irônica e um pouco agressiva aos comentários de McCloskey, especialmente ao uso caricatural que ele faz do diálogo socrático (que, para ele, acaba por ridicularizar o próprio uso do instrumento da retórica).

5 – Uma alternativa metodológica – a visão do realismo crítico

Na trajetória da discussão recente sobre metodologia, é possível distinguir duas vertentes que emergiram como resposta à crítica ao caráter prescritivo e universalizante da metodologia tradicional (aquilo que McCloskey chama de “modernismo”, o positivismo metodológico): uma passou a defender o niilismo metodológico ou o pluralismo metodológico, e a outra, negou a precedência do conhecimento científico sobre outras formas de conhecimento. A retórica, extensamente analisada até aqui, é um exemplo bastante representativo da segunda corrente: ao assumir uma postura antimetodológica e anticientífica, ela propõe uma solução arrasa-quarteirão para o problema da metodologia na Economia, equiparando ciência e literatura, negando a existência de uma realidade objetiva e apostando no poder de convencimento de uma teoria como medida do seu grau de validade. No entanto, outra corrente metodológica oferece uma solução bastante interessante para a fragmentação pós-crise do positivismo nos anos 1970 e 1980: o realismo crítico, defendido principalmente por Roy Bhaskar, Tony Lawson e Sheila Dow, procura acabar com o dualismo do tudo ou nada e apresenta um embasamento filosófico sólido para a construção do discurso em Ciência Econômica.

5.1) A proposta do realismo crítico: Roy Bhaskar e Tony Lawson

5.1.1) Bhaskar e os níveis de realidade

A visão proposta pelo realismo crítico revela uma grande insatisfação tanto com o positivismo metodológico quanto com as filosofias niilistas e pós-modernistas, que procuram dar uma solução devastadora para o problema da metodologia: ela se contrapõe à filosofia da ciência e ao método que teoricamente a sustenta. Bhaskar é o principal defensor do realismo crítico na filosofia da ciência, e baseia sua visão na existência de uma estrutura intrínseca (“real essence” – BROWN [2003]) e de modos de atividade associados (“mechanisms”). Para o realismo crítico, a existência de uma realidade objetiva é incontestável: o questionamento científico deve se prender à busca de “níveis de realidade” ou de “campos do conhecimento” que estejam além daqueles

possibilitados pela apreensão empírica, visto que o conhecimento extraído a partir da simples observação dos fenômenos é insuficiente para o adequado entendimento deles. A questão é que há uma realidade subjacente a todos eles que não é transparente à compreensão humana, mas que precisa ser conhecida para que a natureza destes fenômenos seja esclarecida. Isso resulta “do princípio de que existem no mundo estruturas não-empíricas subjacentes aos fenômenos e que tais estruturas delimitam e possibilitam os estados de coisas e eventos verificados em nível empírico” (BHASKAR, *apud* STRACHMAN et al. [1999]). Existem, portanto, fenômenos não apreensíveis empiricamente que são essenciais para a ocorrência dos fenômenos empíricos, e de cuja consideração depende a adequada compreensão destes.

Há uma estratificação da realidade que não deve ser ignorada pelo conhecimento científico quando da análise de algum objeto específico. A existência de forças e eventos que não se explicitam em nível empírico, mas que determinam o curso dos elementos palpáveis, é parte essencial da investigação científica, e a obliteração deste conjunto de fatores implica numa análise parcial e arbitrária do objeto em questão. Assim, o realismo crítico propõe o empirismo como método capaz de somente colocar o primeiro passo da investigação em ciência, visto que ele lida apenas com a maneira como o fenômeno se manifesta no mundo concreto: a apreensão dos demais estratos da realidade não pode ser feita por meios empíricos, e demanda uma filosofia da ciência mais complexa para dar conta de sua existência.

Para a vertente do realismo crítico, é possível delimitar uma série de níveis de interação entre o pesquisador e a realidade: dependendo do nível de interação em que se situa a investigação que está sendo realizada, ele pode atuar apenas como mero observador (caso dos estudiosos que permanecem apenas no âmbito do empirismo) ou pode passar à investigação propriamente dita. O objetivo da ciência, para o realismo crítico, é atingir o nível mais profundo de compreensão da realidade, no qual podem ser detectados os determinantes causais últimos dos eventos que estão sendo estudados: portanto, a verdadeira ciência deve abranger tanto a observação empírica quanto as estruturas subjacentes aos fenômenos que se manifestam empiricamente, assim como os processos responsáveis pela dinâmica de formulação deles e todos as estruturas intermediárias e potenciais entre esses níveis de interação. A investigação “transcendental” procura não somente conhecer profundamente os fenômenos, mas também teorizar sobre eles e sobre as possibilidades de seus desenvolvimentos futuros.

A despeito da intenção de buscar os determinantes causais dos fenômenos com existência objetiva, a metodologia proposta pelo realismo crítico não assegura que necessariamente os resultados obtidos poderão ser considerados verdadeiros: embora o conhecimento produzido tenha procurado alcançar os níveis mais profundos de realidade, não quer dizer que ele expresse com certeza a explicação última dos eventos e do estado das coisas. Aqui, permanece a idéia partilhada por Popper e Kuhn de fragilidade do conhecimento científico e de incognoscibilidade da realidade em sua totalidade. Embora nenhuma das formas de conhecimento produzidas seja capaz de abarcar a totalidade da realidade, elas podem ser complementares, já que elas podem estar individualmente focadas em níveis de realidade distintos. Para tanto, é preciso que o pesquisador esteja criticamente atento à metodologia de pesquisa que ele utiliza, para que ela não obscureça as estruturas profundas subjacentes aos objetos investigados.

A estratificação da realidade proposta por Bhaskar se baseia em três níveis. O primeiro, o da realidade observada, compreende o estado da natureza, das coisas e dos eventos, passíveis de serem apreendidos sem a necessidade de interação com o cientista. O segundo, o nível chamado empírico, está baseado na interferência do pesquisador na formulação teórica da realidade visível, a partir de suas próprias experiências e do conhecimento disponível para avaliação. Por fim, o terceiro nível, denominado não-real ou profundo, concerne à estrutura não-empírica subjacente aos fenômenos reais que possibilita a ocorrência deles. O objetivo do conhecimento científico é alcançar este último nível, no qual podem ser delimitados os mecanismos e tendências abstratos cuja dinâmica formativa conduz à geração dos fenômenos reais. Neste âmbito, também se deve procurar observar a existência de forças latentes ou em estado de tensão, que possam vir a desencadear outras ocorrências no futuro. Portanto, a teorização baseada na apreensão dos níveis de realidade é capaz, em sua formulação mais avançada, de captar o movimento dialético já assinalado nos fenômenos em estudo.

Os mecanismos que, subjacentes às estruturas concretas, conduzem à formação de um estado de coisas específico na realidade observada, são denominados mecanismos gerativos; para Bhaskar, eles existem como “poderes causais dos objetos”. No entanto, esses mecanismos somente seguirão suas potencialidades se outros não se contrapuserem a eles, freando-os e co-determinando-os; a compreensão de um mecanismo específico deve ser feita por meio da inserção dele num sistema fechado teórico, que permita o seu isolamento para sua melhor observação. Esta é a finalidade do experimento científico; porém, esta singularidade de condições não garante

explicitamente que leis causais infalíveis na realidade possam ser derivadas dele, visto que ele apenas reproduz simplificadaamente um estado de coisas cuja configuração final depende da interação com forças adicionais muito importantes, que não estão representadas no sistema modelo para fins de análise (pois na realidade predominam os sistemas abertos, de apreensão exata quase impossível).

Deste modo, as leis causais apreendidas por meio do experimento científico podem ser consideradas apenas como tendências imanentes ao objeto de interesse, mas não como certezas absolutas. Assim, a capacidade de previsão da ciência fica prejudicada, pois as naturezas do experimento científico e da estratificação da realidade permitem apenas a observação das potencialidades implícitas no objeto de interesse: não há, portanto, uma simetria estabelecida entre explicação e predição, já que a primeira demanda, para sua efetivação, muito mais do que a segunda pode fornecer. Daí deriva a tarefa primordial da investigação científica: o objetivo maior é desvendar as estruturas subjacentes ao empírico, revelando a realidade não-visível que governa a dinâmica de forças que resulta na realidade observada. Portanto, fazer ciência é mais do que apenas construir modelos de predição e teorias: a ciência precisa ir além do concreto e trazer à tona a estrutura não-empírica que o sustenta.

Uma das principais conseqüências da adoção da perspectiva do realismo crítico em Economia é a necessidade de relativizar o poder explicativo dos modelos econométricos e a habilidade preditiva do instrumental matemático aplicado aos fenômenos sociais. Estas ferramentas propõem a delimitação de relações de causa e efeito e a possibilidade de predição desses fenômenos, o que, segundo o embasamento proposto pelo realismo crítico, está equivocado. Para o realismo crítico, as relações de causa e efeito obtidas na análise de sistemas fechados não podem ser assumidas como corretas e generalizadas à exaustão, pois elas representam um vetor parcial da configuração assumida pela realidade. Na totalidade, este vetor está sujeito à interação com outras forças, que podem alterar o seu sentido e o seu efeito sobre o resultado observável. Ademais, as relações de causa e efeito constituem apenas um elemento das estruturas não empíricas que a investigação científica se propõe a desvendar: há mais nesse nível de realidade do que apenas causa e efeito, e, embora a totalidade dele não possa ser apreendida, a ciência deve perseguir a investigação da maior quantidade possível deles.

5.1.2) Tony Lawson e o fracasso da Ciência Econômica

A extensa obra de Lawson procura fazer a ponte entre o realismo crítico e a Ciência Econômica, tendo contribuído bastante para a crítica da economia do *mainstream* utilizando formulações derivadas de Bhaskar. Para Lawson [1994], a situação da Ciência Econômica atualmente é de fracasso em relação ao seu papel de explicar a realidade social; segundo ele, parte do motivo para este fracasso está nas escolhas metodológicas que têm sido feitas até agora. Nesta perspectiva, o projeto oferecido pelo realismo crítico pode permitir um olhar científico mais profundo sobre os objetos de estudo da ciência e, neste caso em particular, nas ciências sociais. Lawson entende o termo “realismo” como indicando a existência indubitável dos objetos de investigação da ciência, independentemente da condução ou não dessa investigação: a concepção de realismo que ele advoga é de natureza *ontológica*, ou seja, preocupada com a descoberta e o questionamento da natureza do ser e da existência. O objetivo desta visão é promover um discurso científico francamente comprometido com a explicação dos fenômenos observáveis no mundo. No entanto, o que se percebe é que a Ciência Econômica tem se direcionado cada vez mais para uma perspectiva não-realista, já que o *mainstream* não tem obtido grande sucesso no que tange ao esclarecimento de fenômenos sociais. Mesmo assim, muitos economistas persistem acreditando que o realismo das teorias não é em si um problema.

Lawson aponta que essa questão pode ser modificada a partir do realismo por meio da introdução de uma análise *a posteriori* no lugar de um conjunto de afirmações *a priori*. A visão ontológica permite a observação das limitações das metodologias existentes: um pesquisador engajado no realismo procura, ao invés de adotar determinados métodos apenas porque já se sabe que eles conduzem ao sucesso em determinados campos de investigação, desenvolver um método capaz de dar conta da problemática apresentada pela ciência social. O método utilizado pela economia do *mainstream* é por ele denominado “modelagem formalística”: ele supõe a possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas em sistemas fechados para a análise de sistemas abertos, ou seja, advoga uma concepção de ciência baseada no dedutivismo. No entanto, o problema dessa idéia para a ciência social é bastante claro: o domínio de estudo dela é totalmente assentado na investigação de sistemas abertos, e as regularidades que interessam para o tipo de teoria formulado pelo *mainstream* raramente ocorrem na realidade. Porém, o predomínio incontestável do dedutivismo na ciência criou o que

Lawson denomina de “o *big stick* da Economia contemporânea” (LAWSON [1994], p. 259): justamente por se mostrar como incontestável, o dedutivismo é aplicado ubiquamente, mesmo em situações nas quais ele não cabe. É patente que o formalismo se mostra inadequado para analisar os problemas da sociedade, pois eles não possuem as características que são requeridas para que tais métodos sejam de utilização adequada.

Porém, a predominância dos sistemas abertos não é em si um problema para a ciência: é possível compreender o universo de investigação das ciências sociais em seus próprios termos. Para tanto, é preciso abandonar a idéia de ciência fundada no dedutivismo em prol de uma ciência baseada na consideração dos poderes, das estruturas, dos mecanismos e das tendências. O objetivo dessa metodologia não é especular sobre o que aconteceria se as coisas fossem diferentes, mas explicar o que está acontecendo na realidade. De acordo com o realismo crítico, a tarefa da ciência não está restrita apenas ao estabelecimento de correlações entre fenômenos observáveis, mas também compreende o compromisso de trazer à tona a natureza dos mecanismos e tendências que determinam o curso dos fenômenos observáveis. Assim, o papel do experimento em sistemas fechados (que é conduzido por meio do isolamento de uma tendência para verificar a sua relação com outras) é relativizado, pois a própria concepção de regularidade sistêmica é secundarizada: a experimentação científica deve ser considerada como um instrumento acessório da análise, não como o seu aspecto central. Como a investigação científica também pode ser conduzida, segundo a perspectiva realista, também em situações nas quais não esteja envolvida a possibilidade da experimentação, a detecção de mecanismos se torna possível em relação a quaisquer fenômenos, mesmo que regularidades aparentes não sejam identificáveis (ou mesmo não estejam presentes). O experimento apenas mostra situações nas quais as leis da natureza são empiricamente identificáveis sob certas circunstâncias: sob o realismo, a formalização matemática e as possibilidades de experimentação perdem o *status* de essencialidade que têm na ciência praticada pelo *mainstream*, pois as suas potencialidades são colocadas em seus devidos lugares.

É preciso questionar se, considerando esta natureza da ciência social, é possível identificar, mesmo assim, mecanismos no domínio da Economia. Apesar da dificuldade de sustentação de afirmações taxativas que indubitavelmente liguem um fenômeno a outro, é possível detectar tendências e mecanismos que se sobressaiam em relação a outros em determinados momentos e espaços, que podem originar regularidades parciais

(que Lawson chama de “*demi-regs*” – BROWN [2003], p. 83). Os fatos que emergem destas regularidades podem servir para iniciar uma investigação que redunde na busca de causas mais profundas dos fenômenos, tal como preconizado pelo realismo. O fundamental, para o realismo crítico, é justamente compreender que a *mudança* é inerente às estruturas sociais: qualquer estrutura social é um movimento permanente, não algo que existe, está estático e depois muda. A mudança é da natureza dessas estruturas.

O que demanda essa mudança na perspectiva metodológica da ciência é justamente a inadequação do formalismo à natureza do objeto da ciência social: é um domínio no qual os fenômenos estão, ao menos em parte, governados pela ação humana intencional, e que está estruturado, por essa mesma razão, de maneira particular. As estruturas sociais, embora condicionem as nossas ações, são também modificadas por elas: há uma relação dialética entre agente e ambiente que não pode ser satisfatoriamente captada pelo formalismo dedutivista. Há um dinamismo inerente aos processos de transformação social e econômica que não cabem na matematização, por mais precisa que seja: ademais, os sistemas sociais têm relações internas muito fortes, e só podem ser compreendidos enquanto observados em sua totalidade. Alguns fenômenos simplesmente não são captáveis pela formalização (embora esta possa constituir uma ferramenta auxiliar, consideradas suas limitações), e este é um desafio que precisa ser enfrentado pela metodologia da ciência social: o método das ciências sociais não pode, portanto, ser o mesmo que é praticado nas ciências naturais. Para tanto, a ciência social (incluindo aí a Ciência Econômica) não pode simplesmente persistir no formalismo, acreditando que o aperfeiçoamento dos modelos é a chave para se melhorar a qualidade da ciência que está sendo produzida: é preciso que ela adote um novo direcionamento, completamente diferente. É preciso que ela se enxergue como um processo de transformação social em curso, cujo movimento é de predição complicada, porque não é experimental. A proposta realista procura, assim, considerar o caráter particular da ciência social: o fato de o sistema social ser extremamente interrelacionado e dinâmico explicita a inadequação da metodologia positivista para a sua análise. Nos sistemas abertos, as possibilidades de previsão e de sucesso desta precisam ser relativizadas ou mesmo desconsideradas nos espaços nos quais essa atitude é cabível, visto que delas não depende a existência de uma Ciência Econômica capaz de responder adequadamente aos problemas colocados pela sociedade. É preciso colocar como objetivo da ciência não a predição dos eventos, mas sim a compreensão dos

mecanismos e tendências que governam as manifestações empíricas deles, já que esta luz se mostra suficiente para a formulação de políticas e para a ação efetiva.

Há, ademais, uma faceta política desta implicação que não pode ser desconsiderada. A previsão é um instrumento capaz apenas de apontar possibilidades para resolver problemas *ad hoc* com o objetivo de controlar os eventos no futuro: a compreensão dos mecanismos, por sua vez, abre a possibilidade real de emancipação humana, pois permite a substituição de mecanismos indesejados por outros considerados melhores e mais vantajosos. Fundamentado na mudança, o realismo crítico privilegia os seus espaços e considera variáveis sujeitas ao controle da sociedade como passíveis de mudança e de conseqüências da capacidade humana de escolha, o que imprime a ele um significado político bastante forte (LAWSON [1994]).

5.2) O realismo crítico como possibilidade de superação das limitações do projeto retórico

Tanto a retórica quanto o realismo crítico são possibilidades de uma crítica do positivismo e da formalização excessiva que tomaram conta da Ciência Econômica; no entanto, ambos apresentam possibilidades diferentes de interpretação do modo de se fazer ciência e das conseqüências políticas disso. Enquanto a retórica coloca a verdade como um problema epistemológico menor, o realismo crítico aponta para uma verdade (ou seja, uma realidade objetiva) que existe independentemente das formulações científicas que o observador constrói em torno dela. É uma mudança de postura que aponta para uma maior maturidade científica, para a aposta numa ciência mais comprometida com os problemas da sociedade. Como conseqüência, a perspectiva do realismo crítico faculta uma mudança no papel do intelectual na sociedade: se a ciência que ele produz pretende dialogar com a sociedade, então a possibilidade de ele se tornar um agente que interaja dialeticamente com ela também está aberta. O intelectual, assim, pode deixar de ser um sujeito que lida apenas com dados e experimentos isolado em sua confortável torre de marfim, podendo (e devendo) se tornar um agente de mudança na sociedade.

A perspectiva retórica, ademais, peca por pretender nivelar ciência e literatura. Não há dúvida de que a forma de expressão é componente importante do discurso científico; como já foi exaustivamente colocado ao longo dos capítulos precedentes, a

desideologização do discurso é importante para se compreender as instâncias de poder que ele representa. No entanto, são domínios distintos do saber, com objetivos diferenciados. A tarefa da ciência, para o realismo crítico, é desvendar a natureza dos fenômenos para propor a mudança e a melhoria contínua de acordo com os anseios da sociedade; para a retórica, porém, a ciência se pretende um discurso de persuasão, com o objetivo meramente de convencer e não de explicar. Daí a noção de ciência confinada aos espaços acadêmicos e incapaz de dialogar com a sociedade. Parece equivocado, porém, acreditar que a ciência se restringe ao domínio acadêmico e das audiências: esse salto político é uma das contribuições mais importantes propiciadas pelo realismo crítico.

A capacidade de convencimento, colocada como elemento central para o projeto retórico, é, para o realismo crítico, mais uma concepção “acessória” do que seria o ato de fazer ciência. Para a retórica, o objetivo da ciência é “manter a conversação em curso” (PETER [2001], p. 576): portanto, a persuasão espontânea é importante para fazer com que uma teoria entre para o cânone da ciência, para que não seja esquecida. O realismo crítico, por outro lado, enxerga a persuasão (assim como as metáforas do discurso, tão caras a McCloskey) como parte do todo maior que é a estrutura social; é, portanto, um elemento importante, mas não determinante – os níveis de realidade são mais importantes, a apreensão da realidade em suas diversas possibilidades é o foco da ciência, não o discurso em si. McCloskey rejeita a existência de uma ciência racional, enquanto Lawson e Mäki não estão dispostos a deixá-la de lado, porque a ausência da racionalidade abre portas para a arbitrariedade (PETER [2001], p. 583). A visão realista é justamente evocada para funcionar como um corretivo nesse caminho de saída do positivismo em relação à legitimidade do saber científico: enquanto McCloskey advoga que essa legitimidade advém da credibilidade do discurso junto aos demais acadêmicos, o realismo crítico aponta que o relevante é a credibilidade em relação aos contornos da realidade, em relação às suas distintas possibilidades de apreensão, contribuindo, conseqüentemente, para a melhor compreensão e reforma das estruturas sociais.

Embora a perspectiva proposta por McCloskey certamente abra a possibilidade de um maior pluralismo teórico, o frágil conceito de legitimidade coloca por terra qualquer referencial que possa ser adotado; assim, fica complicado distinguir quais discursos devem ser considerados para a definição de políticas e para a solução de problemas colocados pela sociedade e quais não são coerentes com tais objetivos. A inexistência de padrões de validade do discurso faz com que a retórica caminhe

fatalmente para a arbitrariedade. O realismo crítico, ao colocar uma referência substancial para os domínios de aplicabilidade da ciência, propõe uma solução interessante para esse problema, sem deixar de lado o compromisso concreto do fazer ciência.

6 – Comentários finais e conclusões

6.1) Uma avaliação da perspectiva retórica: as idéias de McCloskey e Arida

As contribuições de Deirdre McCloskey e Pêrsio Arida têm nítidos pontos de convergência, mas suas diferenças são sutilmente marcadas. Ambos apontam a centralidade do poder de convencimento das formulações. Nenhum dos dois concebe boa ciência fora da retórica, e ambos procuram colocar todas as possibilidades de caminhos futuros nas trilhas da retórica. Para Arida, o conhecimento avança pela retórica, e não pelo confronto das proposições com a realidade; é por meio dela que os economistas resolvem suas contendas e ela expressa a maneira pela qual o conhecimento é selecionado para permanecer no cânone da ciência. Suas regras delimitam a pretensão à verdade, e sugerem instrumentos para se definir a cientificidade. Ele explicitamente identifica retórica e verdade, sendo verdadeiro um discurso capaz de se ater às regras da retórica. Embora as metáforas sejam parte reveladora do discurso econômico, a redução delas torna, segundo as regras de retórica que ele advoga, um discurso mais crível. Após sua intervenção, porém, fez apenas revisões deste texto, e não mais emitiu opiniões acerca do assunto.

McCloskey, por sua vez, embarcou em um projeto retórico de fôlego mais amplo, acerca do qual dialoga com seus pares há mais de duas décadas. Suas idéias tiveram acolhida entre diversos economistas e motivaram debates metodológicos prolongados, inclusive no Brasil. Para ela, a metáfora não é só um ornamento, mas uma fração importante do discurso que deve ser compreendida e cultivada. A autora advoga uma relativização da verdade, a inexistência de uma realidade objetiva que seja o objeto mais profundo de busca da ciência. Esta, portanto, se aproximaria inequivocamente da literatura, e perderia o seu intuito original de instrumento do homem para desvendar o entorno em que vive. O que sobra de possibilidade de verdade é identificado com a retórica: a verdade é aquilo que se consegue convencer o outro de que seja verdade. McCloskey crê que os economistas se utilizam demais da retórica e crê em demasia que ela seja o instrumento metodológico não-oficial por excelência. E, portanto, vê a retórica como única opção, como único caminho a ser seguido para desmontar o oráculo

construído em torno do conhecimento criptografado e de difícil acesso que os economistas têm produzido. Para tanto, coloca uma série de condutas morais pautadas na honestidade e no respeito para com o outro contendor como as linhas que delimitam a cientificidade, ao invés de apontá-las no seio da própria ciência. Para a autora, portanto, a cientificidade está na *atitude* do cientista perante o debate, e não na consideração de regras estritas propostas de maneira cerceadora e normativa ou na própria possibilidade do operador ‘verdade’.

A autora se concentra em demasia na condição individual dos sujeitos, na necessidade de ausência total de regras (“any method is arrogant and pretentious” - McCLOSKEY [1983], p. 490; identificação da retórica como uma “antimetodologia”) e na relativização ampla. Secundariza, ademais, a historicidade do objeto do conhecimento, sua percepção por relações de poder, estruturas sociais e condicionantes institucionais e a influência destes na construção do discurso e na aceitação dele pela comunidade acadêmica. Suas proposições deixam de lado a existência de uma realidade objetiva, da qual os indivíduos são apenas capazes de apreender uma fração, dadas as limitações de sua condição individual e de sua inserção num contexto determinado de relações de poder e de ideologias.

Por outro lado, o projeto retórico se equivoca ao descartar totalmente o “modernismo” (positivismo metodológico) como uma metodologia inteiramente errada e inútil e ao postular única e exclusivamente a retórica como a opção mais válida (“rhetorics is good”, “anti-modernism is nice” – McCLOSKEY [1983], pp. 507-508). O que McCloskey denomina “modernismo” é *um* possível método, que tem um determinado domínio de aplicabilidade, cuja utilidade depende da sensibilidade do economista para entender sua adequação aos fenômenos que estão sendo investigados; pode ser um método adequado ou não, podendo ser usado ou não para esta ou aquela situação. É um instrumental como qualquer outro, que não deve ser aplicado generalizadamente, mas que cabe perfeitamente em algumas situações, embora seja equivocado para tratar outras.

O mérito maior das formulações concernentes à retórica é levantar o debate acerca da necessidade de superação do consenso formalizante que caracteriza a epistemologia falsificacionista como critério de cientificidade e de inequívoca verdade, ao menos no que tange à investigação de fenômenos econômicos. Ademais, a abordagem de McCloskey é correta ao apontar que há mais na aceitação de um discurso científico ou na seleção de um determinado conhecimento pelo cânone da ciência do

que a sua sobrevivência quando confrontado com a realidade. Por um lado, os objetos sobre os quais se debruçam os economistas parecem ser mais relacionados com aspectos cuja captação pelo instrumental matemático pode se mostrar equivocada e insuficiente; mesmo que a matemática avance bastante, não parece que ela possa constituir um método inequívoco e plenamente adequado para a compreensão dos fenômenos econômicos. Ela pode e deve ser utilizada como um instrumental auxiliar, que guie e forneça parâmetros de referência, mas não como a regra máxima para definir o que é válido em ciência econômica e o que deve ser descartado. Por outro lado, o discurso econômico tem várias facetas, e é correto afirmar que a capacidade retórica do formulador desempenha papel relevante na sua aceitação ou não pela comunidade. É equivocado, porém, acreditar que ela tenha tão grande importância no desenrolar do processo, como aponta McCloskey. A importância do papel da capacidade de convencimento varia com o momento histórico e com a conjuntura predominante no meio acadêmico-científico, e não é o fator mais relevante para explicar a aderência de um certo discurso.

Ademais, é importante ressaltar que o “modernismo” é adequado a determinadas circunstâncias e não o é a outras, e esta consideração deve rondar a decisão de adoção desta ou de outra orientação metodológica para construir um estudo. É neste sentido que a retórica propõe uma reflexão interessante: o projeto aponta para fragilidades dos métodos amplamente utilizados e aceitos, mostra como eles cerceiam a manifestação e a difusão do conhecimento e como não se coadunam na realidade com o que é efetivamente praticado pelos economistas, além de demandar uma mudança e explicitar a necessidade dela. É, portanto, uma crítica válida, que aponta corretamente os pontos negativos do que McCloskey denomina genericamente de “modernismo” e a necessidade de abrir portas. Porém, mostra sua faceta equivocada ao advogar o relativismo total, ao considerar excessivamente a capacidade de convencimento como o critério que faz emergir a verdade, ao identificar plenamente os métodos literários com a economia e ao deixar de lado aspectos históricos e sociais muito relevantes para compreender os nexos do discurso e das suas relações com a sociedade ou com comunidades específicas. As relações de poder, as instituições, as ideologias (entendidas como “construções sociais seletivas da realidade” ou como “percepções por meio das quais as sociedades organizam e interpretam suas existências”); sendo utilizadas de forma retórica, distorcem a percepção da economia e negam a influência de poderes políticos na organização dos mecanismos da sociedade, utilizando, para sua

construção, conceitos supostamente “neutros”, como “eficiência” – HEILBRONER [1990], p. 102-105) e os interesses particulares é que são fundamentais na explicação de por que um determinado grupo ou comunidade se torna permeável a um certo discurso e não a outro, e não apenas a capacidade de convencimento na qual apostam os seus formuladores.

6.2) Uma interpretação do debate brasileiro vis-à-vis o debate internacional

O diálogo textual que convencionamos denominar “o debate sobre a retórica no Brasil” firmou-se como uma das contendas acadêmicas em Economia mais duradouras na trajetória intelectual recente do Brasil. A discussão polarizou seguidores de Pêrsio Arida de um lado, em defesa da retórica, e os opositores dela, partidários de diversos segmentos, de outro. Dentre os primeiros, destacam-se Ramón García Fernández e José Marcio Rego (e, mais recentemente, Paulo Gala e Danilo Araújo Fernandes); dentre os críticos da retórica, a voz mais imponente foi (e é) a de Leda Paulani, que, fazendo uma crítica de caráter histórico e materialista, segurou praticamente sozinha o lado dos opositores. Sua intervenção foi uma das primeiras no Brasil a dar voz ao incômodo gerado pela relação entre retórica e verdade, e foi a responsável por grande parte da dinâmica que caracterizou o debate posteriormente.

O segmento selecionado do debate internacional, por sua vez, tocou em assuntos substancialmente distintos em relação aos considerados pela vertente brasileira do debate. Desde o princípio, a maior parte dos debatedores (Uskali Mäki, Steven Rappaport e Alexander Rosenberg) mostrou-se contrária à perspectiva retórica por conta de suas inconsistências lógicas, do seu desprezo pela verdade, da desconsideração da realidade como elemento basal da análise e do caráter “arrasa-quarteirão” da proposta. No debate brasileiro, a maior parte dos debatedores abraçou sem restrições as idéias da retórica, com tanta ou mais ênfase do que os formuladores da idéia. A defesa da retórica, no Brasil, não apresentou nenhuma idéia original sobre o assunto: ficou limitada a repetir os argumentos apresentados por McCloskey em sua intervenção original. A linha do debate seguiu principalmente as idéias dela, embora o debate tenha nascido ligado à manifestação de Pêrsio Arida. No entanto, como este nunca mais se manifestou a respeito do assunto (teria Arida desistido da perspectiva retórica?), a idéia

inicial de McCloskey e suas respostas posteriores é que guiaram o desenvolvimento do debate. O debate brasileiro se concentrou no caráter libertário da retórica e em como ela fornece uma perspectiva totalmente nova e estimulante para se estudar o discurso dos economistas; o debate internacional, porém, procurou dismantelar cada um dos pilares da retórica, mostrando as inconsistências e assinalando sutilmente os seus desdobramentos. Rosenberg e Paulani, porém, são os debatedores que mais diretamente tocam nas conseqüências políticas da adoção radical do projeto retórico.

Uma característica comum aos dois debates salta aos olhos: ambos, a partir de um certo ponto, deixam de lado os princípios da “conversação civilizada” para partirem para intervenções mais agressivas ou dotadas de vocabulário mais incisivo em relação ao oponente. E o mais curioso é que, em ambos os casos, os debatedores que principiam o abandono ao decoro são sempre da ala dos defensores da retórica. Não deixa de ser notável que justamente os proponentes da *Sprachetik* como norteadora de todo e qualquer debate na ciência sejam aqueles que primeiro se utilizam de recursos alheios à civilidade da discussão para atacar os opositores da retórica. Não parece, portanto, que o projeto retórico seja suficientemente consistente para se manter nas bases “inocentes” de McCloskey tais como formuladas por Ramón Fernández: se a contribuição maior da retórica é principalmente a idéia romântica de que todo debate tem que ser cuidadoso com as palavras, porque elas dizem mais acerca das intenções do sujeito que emite discurso do que o discurso em si, por que é que os retóricos não conseguem defender seu ponto de vista mantendo-se exclusivamente no âmbito da boa educação, tal como eles mesmos defendem? Talvez isso seja um sinal de que o projeto retórico carrega consigo mais do que somente a leveza das proposições relativas ao uso da linguagem e da consideração desta para a análise do discurso econômico.

Como aponta corretamente Paulani, se a retórica é apenas um instrumento de análise do discurso, então seríamos todos retóricos. No entanto, há mais por trás da retórica do que ela deixa inicialmente transparecer. E suas conseqüências políticas são suficientemente complexas para justificar um olhar desconfiado sobre o projeto como um todo.

Não resta dúvida de que as idéias de McCloskey lançaram luzes para um aspecto relevante da metodologia que só passou a ser mais considerado após o “*linguistic turn*”: a linguagem utilizada pelos economistas tem tanta importância quanto o conteúdo do discurso que eles proferem. A análise do discurso é um instrumento auxiliar de grande valia para enriquecer considerações num debate acadêmico: a retórica, como já foi

apontado, tem grande mérito se atua como desideologizadora de discursos, e isso não é pouca coisa, visto que o discurso econômico, sendo também a expressão de relações de poder, é naturalmente um discurso cravado de ideologias, sendo estas mecanismos reveladores dessas relações. Portanto, a retórica pode ser valiosa para desvendar ideologias e relações de poder. No entanto, as formulações de McCloskey apontam exatamente para o sentido contrário: o projeto retórico avalia que a característica mais relevante do discurso é a sua capacidade de persuasão, não a de revelar fatos que se aproximem cada vez mais da verdade. Assim, um elemento que poderia ser útil para aprofundar análises mais sérias é considerado para torná-las mais superficiais. A retórica é, entretanto, um elemento importante da análise do discurso, e isso não pode ser deixado de lado.

A questão é avaliar se o projeto retórico se sustenta sozinho, tal como preconizado por McCloskey e seus epígonos. E aí é que reside o problema: a retórica não tem sequer consistência interna para se manter sobre os próprios pés. Além disso, ela lida com uma concepção de ciência que se mostra particularmente complicada: se a ciência é a retórica, e a retórica é a persuasão, para que lado é atirada a busca da verdade nessa história? E, se a ciência não se pauta pela busca da verdade, então o que é ciência? Mero “*game playing*”, na expressão feliz de Uskali Mäki; um jogo de brilho intelectual entre acadêmicos, sem qualquer reflexo sobre a sociedade e sem qualquer capacidade de resposta às questões colocadas por ela e de questionamento sobre os problemas que atravessa. Com isso, a ciência fica desconectada do cotidiano, da realidade, e deixa de ter um papel na dialética da transformação social. A superação do positivismo pode trazer enormes benefícios para o ato de se fazer ciência; no entanto, uma formulação totalmente destruidora como a retórica não traz benefícios que compensem o custo da reconstrução, e deixa seqüelas complicadas sobre a maneira como a sociedade e a ciência interagem. O próximo passo não pode deixar de lado a verdade e a realidade, em nenhuma ciência; e isso não quer dizer que a retórica não possa ser considerada para compor o programa: a questão é que sozinha ela não sustenta metodologia nenhuma. A crítica à retórica, ao contrário do que aponta McCloskey constantemente, não é uma questão de conservadorismo, de temor do novo, de incompreensão; talvez seja, em alguns momentos, até resultante de compreensão demais.

Como corretamente aponta Paulani, a retórica é o discurso do neoliberalismo: a noção arrasa-quarteirão que preconiza praticamente uma anti-metodologia abre espaço para que qualquer coisa entre no campo da ciência, desde que tenha capacidade de

persuasão. A relação da ciência com a verdade fica, deste modo, estremeçada; sobra um conjunto de normas que, impostas, devem ser seguidas incondicionalmente, sem questionamento, e daí emerge a importância de serem persuasivas. Pactuar com a retórica significa, em última instância, silenciar diante de uma concepção de ciência alheia à sociedade. A retórica é insuficiente como método não só porque efetivamente *não* é um método, mas principalmente porque deixa de lado conexões importantes, como as supracitadas, em troca do relativismo total. O debate internacional não chega a se sacudir muito pelo entusiasmo da retórica, exatamente porque não perde de vista essas considerações. O debate brasileiro, porém, essencialmente inebriado pelo caráter pseudo-libertário que ela propõe, abraça a retórica com toda a força, mesmo que ela constitua parte de uma idéia que não nasceu aqui e que se mostra organicamente estranha ao nosso desenvolvimento intelectual.

6.3) Comentários adicionais e conclusões

Um dos aspectos mais relevantes que o debate sobre a retórica no Brasil desvenda concerne ao papel do intelectual num país periférico e subdesenvolvido como o nosso. Aqui, abraçou-se a retórica porque ela confina o intelectual às salas das universidades e aos porões das bibliotecas buscando respostas circulares a problemas por vezes pouco relevantes; aqui, a retórica foi bem vinda porque esvaziou a ciência do seu compromisso com a realidade, com a melhoria da vida do homem, com a mudança. A retórica, como discurso do neoliberalismo e do subdesenvolvimento, converte a ciência, que antes era concebida como um estudo cujo papel é a identificação de fenômenos, de seus poderes causais, dos mecanismos através dos quais eles exercem esses poderes e das fontes de tais poderes em termos da estrutura das coisas ou natureza interna, ora em um conjunto de regras e preceitos que devem ser seguidos e não questionados, ora em um exercício intelectual lúdico que deve primar pela beleza, pela elegância e pela persuasão, e não pela conexão inequívoca com o real. Ao fazê-lo, deixou de lado o papel crítico e revolucionário do intelectual, e converteu-o na caricatura do “cientista louco” que não é capaz de olhar o mundo em busca de problemas e soluções, mas que apenas se preocupa com a beleza do seu discurso e com a platéia seleta à qual ele se dirige. Paulani, em seu texto “Economia e retórica – o capítulo brasileiro”, de 2006, capta com precisão essa sutileza: mais do que uma visão

metodológica, a retórica tem implicações políticas que são demasiado importantes para serem escamoteadas. É aí que reside a importância extra-acadêmica do debate sobre a retórica: ele é um libelo contra a ciência engajada na transformação, e a ardorosa defesa da retórica pela esmagadora maioria dos atores envolvidos no debate aponta que o caráter da intelectualidade brasileira (subdesenvolvida, sempre guardando as honrosas exceções) pende para o neoliberalismo, para a inércia e para a dependência na criação de idéias. Abraçou-se o que veio de fora com mais ardor do que os produtores desse próprio conhecimento: essa atitude é um espelho da postura geral das sociedades subdesenvolvidas em relação ao que é importado. Essa é uma atitude neoliberal, que, retomando as palavras de Leda Paulani, considera a ciência um obstáculo, uma ficção literária descolada da realidade, que mais atrapalha do que ajuda, porque foge dos cânones estrangeiros dos manuais e da normatividade.

No Brasil, a intelectualidade está distante do processo de mudança, porque não temos autonomia de pensamento e de ação: somos uma nação subdesenvolvida, colonizada culturalmente, cujas prioridades tecnológicas são definidas a partir do que vem de fora e não com base na ponderação entre nossas próprias necessidades e possibilidades. Aqui, a política não nasce da discussão dos intelectuais, da troca de informações entre o intelectual e a sociedade, da crítica do intelectual ao processo de desenvolvimento e do debate em torno da pertinência concreta das questões apontadas pela intelectualidade: as diretrizes a serem seguidas vêm de fora, ditadas pelo capital internacional, pelos manuais de ensino de Economia das universidades americanas, com escassa autonomia para mudança ou reação, visto que o *status* intelectual do país subdesenvolvido reflete o papel subalterno que ele desempenha no contexto econômico e político internacional. No subdesenvolvimento, não há espaço para o nascimento do processo de mudança dentro das instituições da sociedade: não há debate, pois a cegueira em torno das nossas possibilidades e necessidades é generalizada pelas opções que vêm de fora, por tudo o que se importa, por tudo o que se almeja mas não temos condições de gerar aqui dentro. O subdesenvolvimento mata o debate, pois o debate faz a sociedade caminhar para a mudança; o discurso da impotência impera, porque a ciência não caminha com a sociedade, e porque o intelectual no Brasil (e no subdesenvolvimento em geral) não tem compromisso com a mudança e com a evolução do país que o formou. Nas nações subdesenvolvidas, só há o compromisso individual, não se valoriza a saída coletiva: o papel da ciência se encolhe, pois a ciência instrumental (a que gera progresso tecnológico e elevação do padrão de vida) é

importada de fora, e a ciência que traz a mudança social morre em anais empoeirados de congressos e projetos que freqüentemente não são capazes de serem traduzidos em soluções concretas. A verdade é que o intelectual dos países subdesenvolvidos é também um subdesenvolvido: ele não sai às ruas para protestar, ele não conhece as demandas do povo, e, se as conhecesse, talvez tivesse dificuldades para articular o enfrentamento político que a realização delas requer. É, refletindo as condições do país que o criou, também um colonizado.

Assim, a retórica é o discurso perfeito para o intelectual subdesenvolvido, e a sua elevação ao patamar de causa a ser defendida de maneira incontestada não é mais do que um sintoma desse subdesenvolvimento cultural. Embora a retórica não seja propriamente uma teoria, a primazia da persuasão por ela advogada revela justamente a importância do caráter normativo do conhecimento no neoliberalismo: ela é o construto que melhor reflete o estado de coisas por ele fomentado, em toda a sua extensão, caráter e vazio. É justamente o nosso atraso que impede que os defensores da retórica visualizem as formulações altamente ideológicas que se escondem por detrás da inocência do discurso retórico. No subdesenvolvimento, a inovação vinda de fora é recebida com louros e a crítica a ela é desvalorizada (por isso Leda Paulani fica praticamente sozinha no debate, e as manifestações pró-retórica se tornam majoritárias nas publicações especializadas). O intelectual subdesenvolvido, com raras e honrosas exceções, se esquece de que deter o saber científico não é um privilégio que deva conferir a ele *status* social ou algum benefício individual específico, mas constitui um compromisso para com a sociedade, que ele tem o dever de honrar e de defender. Isso inclui não esquecer jamais qual é o papel da ciência no desenvolvimento de uma nação: a ciência deve apontar caminhos, forjar soluções, ouvir as questões colocadas pela sociedade e estar sempre ligada na realidade, para que o conhecimento por ela produzido seja vetor de mudança social e de transformação da vida das pessoas. A retórica relega a ciência aos livros, deixa de lado as possibilidades abertas pela predição (desde que não cega e baseada na distorção de resultados apenas para que a obtenção de um potencial preditivo seja valorizado nos meios especializados como uma grande conquista); é preciso que a superação da retórica leve em conta essas questões, e que a metodologia que venha para condenar a retórica ao pó dos livros seja capaz, assentada na crítica e na retomada da importância da realidade, de recolocar a ciência no seu verdadeiro lugar.

“Cegueira também é isto, é viver num mundo onde se tenha acabado a esperança. (...) Há esperanças que é loucura ter. Pois eu digo-te que se não fossem essas já eu teria desistido da vida. (...) Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.”

(José Saramago)

7 – Bibliografia

- ARIDA, P. [1983] “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. *Texto para discussão* no. 54. Rio de Janeiro: Departamento de Economia – PUC-RJ, 1983.
- ARIDA, P. [1996] “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. In REGO, J. M. (org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ARIDA, P. [2003] “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. In GALA, P. e REGO, J. M. (orgs.) *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BROWN, A. [2003] “Critical realism”. In KING, J. E. (org.) *The Elgar companion to post-keynesian economics*. Edgar Elgar Publishing, 2003.
- FERNANDEZ, R. G. [1996] “A retórica e a procura da verdade em economia”. In REGO, J. M. (org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- FERNANDEZ, R. G. [2003] “McCloskey, Mäki e a verdade”. In GALA, P. e REGO, J. M. (orgs.) *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- GALA, P. e REGO, J. M. [2003] “Além da retórica em Economia: o pragmatismo como método”. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia – Anpec/2003.
- GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006a] “Pragmatismo e Economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico”. Revista *Estudos Econômicos*, vol. 36, no. 3, p. 637-661, julho-setembro/2006.
- GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2006b] “Tudo o que é sólido desmancha no ar: as desventuras filosóficas de uma crítica anti-retoricista em economia”. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia – Anpec/2006.
- GALA, P., REGO, J. M. e FERNANDES, D. A. [2008] “Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em Economia”. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1 (109), pp. 155-165, janeiro-março/2008.
- HEILBRONER, R. [1990] “Economics as ideology”. In SAMUELS, W. J. (org.) *Economics as discourse – An analysis of the language of economists*. Kluwer Academic Publishers, 1990.

- LAWSON, T. [1994] "A realist theory for economics". In BACKHOUSE, R. *New directions in economic methodology*. London: Routledge, 1994.
- LAWSON, T. [2001] "Two responses for the failing of modern economics – the instrumentalist and the realist". In *Review of Population and Social Policy*, vol. 10, pp. 1-27. Tóquio: National Institute of Population and Social Security Research, 2001.
- MAKI, U. [1988a] "How to combine rhetoric and realism in the methodology of Economics". *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 89-109.
- MAKI, U. [1988b] "Realism, economics and rhetoric – a rejoinder to McCloskey" *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 167-169.
- McCLOSKEY, D. [1983] "The rhetoric of Economics". *Journal of Economic Literature*, vol. XXI, pp. 481-517, junho de 1983.
- McCLOSKEY, D. [1988a] "Two replies and a dialogue on the rhetoric of Economics". *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 150-166.
- PAULANI, L. [1996] "Idéias sem lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey". In REGO, J. M. (org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- PAULANI, L. [1999] "Modernidade e discurso: ainda sobre McCloskey". *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº 4 (76), pp. 78-95, outubro-dezembro/1999.
- PAULANI, L. [2004] "Neoliberalismo e retórica: o capítulo brasileiro". Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia – Anpec 2004.
- PAULANI, L. [2006] "Economia e retórica: o capítulo brasileiro". *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 1 (101), pp. 3-22 janeiro-março/2006.
- PAULANI, L. [2007] "Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão". Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia – Anpec/2007.
- PAULANI, L. [2008] "A aventura da crítica". *Revista de Economia Política*, vol. 28, nº 1 (109), pp. 166-177, janeiro-março/2008.
- PETER, F. [2001] "Rhetoric vs. Realism in economic methodology: a critical assessment of recent contributions". *Cambridge Journal of Economics*, no. 25/2001, pp. 571-589.
- RAPPAPORT, S. [1988a] "Economic methodology – rhetoric or epistemology?" *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 110-128.

- RAPPAPORT, S. [1988b] “Arguments, truth and economic methodology – a rejoinder to McCloskey” *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 170-172.
- REGO, J. M. [1996] “Retórica na economia – idéias no lugar”. In REGO, J. M. (org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ROSENBERG, A. [1988a] “Economics is too important to be left to the rhetoricians” *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 129-149.
- ROSENBERG, A. [1988b] “Rhetoric is not important enough for economists to bother about” *Economics and Philosophy*, no. 4/1988, pp. 173-175.
- STRACHMAN, E., VASCONCELOS, M. R. e FUCIDJI, J. R. [1999] “O realismo crítico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em Economia”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 29, no. 3, julho-setembro/1999.